

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
REUNIÕES — As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 70.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 15 de Maio de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Erondy Silvério e Alvaro Dias.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Marciano Baraniuk — Antonio Maciel — Fuad Nacli — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 42 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 86-72, que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n. 6.172, de 16.11.70 dispondo sobre a criação de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Cidade de Jacarezinho. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 86-72  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n. 6.172, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Ciências Fiológicas”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8.5.73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
IRIS CALDART — Relator  
BASILIO ZANUSSO.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16 quarta-feira às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 120-73.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 71.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 15 de Maio de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilia Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados — Antonio Maciel — Marciano Baraniuk — Fuad Nacli — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 3-73.
- de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.s 19.73, 20.73 e 21.73.
- de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 39-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em lamentável acidente automobilístico dos jovens Odair Aparecido e Olívio de 17 e 21 anos respectivamente, filhos do sr. Otávio Schincariel, residente em Mandaguari, a quem requeremos seja dado conhecimento da aprovação deste.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

#### Requerimento

Senhor Presidente

Requeiro, ouvida a Casa, a manifestação do profundo pesar deste Poder ao Senhor José Ortega Peres pelo falecimento ocorrido em acidente automobilístico de um de seus filhos, residente em Mandaguari.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Yonezo Ueno.

O Senhor Yonezo Ueno, era genitor do ilustre Deputado Federal Antonio Ueno.

Da decisão da Casa, solicita-se dê-se ciência ao Excelentíssimo Deputado Federal Antonio Ueno e à família do ilustre cidadão.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) — Jorge Sato.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer a V. Exa. após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes e ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, nos seguintes termos:

1 — Considerando que a produção brasileira da presente safra cafeeira é das menores de que temos conhecimentos;

2 — considerando que o Paraná que já foi o Estado maior produtor de café, não deverá produzir neste ano mais do que quatro milhões de sacas de cafés beneficiados;

3 — considerando que apesar do esforço governamental em combater a ferrugem, isto é feito precariamente, principalmente entre os pequenos cafeicultores;

4 — considerando que o combate a ferrugem é de alto custo para o lavrador;

5 — considerando que os estoques existentes são os mais baixos, dando-nos uma posição estatística invejável;

6 — considerando que devido ao pequeno volume da safra 1973-74, o IBC não será obrigado a comprar dos produtores e comerciantes uma só saca de café;

7 — considerando que a elevação do preço mínimo para Cr\$ 280,00 por saca de café beneficiado, não satisfaz o necessário a proporcionar a segurança aos lavradores a fim de que possam rejeitar ofertas baixistas dos intermediários;

8 — considerando que a Resolução n. 690, de 24 de abril último fixa uma taxa de contribuição de Cr\$ 30,50 dando ao Governo uma receita extraordinária na exportação, no valor de até Cr\$ 240, por saca. Ao produtor o mínimo estabelecido é de Cr\$ 280,00 por saca. Fica este com as despesas decorrentes de sacaria, transporte, ICM; Adubos; combate a ferrugem etc. levando pouco mais de Cr\$ 230,00 em saca. Agora isso há ainda as despesas naturais do custeio da produção, não se levando em conta as possíveis perdas que podem ocorrer em virtude de fenômenos climáticos, tão frequentes no Paraná;

Sugere a Assembléia Legislativa do Paraná, interpretando o pensamento da cafeicultura paranaense, para que possa esta atividade agrícola obter melhores preços, em vista de impossibilidades do Governo em diminuir a taxa de contribuição, as seguintes medidas;

a) — Extinção da Sigla do IBC, com a transferência de toda a sua rede armazenadora para a CIBRAZEM, assim como de todo o corpo de funcionários que atua neste setor;

b) — A Diretoria do IBC passaria a integrar o Ministério da Indústria e Comércio, como órgão técnico da execução da política cafeeira;

c) — Os demais setores especializados do IBC, GERCA e Departamento de Assistência à Cafeicultura, passariam também a integrar o Ministério da Indústria e Comércio, subordinados à Diretoria técnica executora dessa política cafeeira;

d) — Os funcionários da parte administrativa do IBC seriam remanejados entre os demais órgãos do serviço público federal;

e) — Essas medidas de alteração da estrutura do IBC trariam uma economia de Cr\$ 50,00, por saca de café e que reverteria em benefício do cafeicultor. A construção prevista das sedes do IBC em Curitiba e Brasília tornar-se-ia desnecessária a o seu custo reverteria também em benefício dos cafeicultores. A já existente sede em Londrina poderá ser doada à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, a fim de que possa este contar com um melhor atendimento, uma vez que é quem colabora diretamente nesta atividade que vem promovendo o engrandecimento da economia paranaense e nacional.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973

(a) — Olavo Ferreira.



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o grande número de pessoas, principalmente procedentes do interior do Estado, que diariamente recorrem à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, em busca de atendimento médico-hospitalar;

Considerando que essas pessoas são invariavelmente de origem humilde, pobres, e, portanto, desprovidas de quaisquer recursos financeiros que lhes permitam obter atendimento particular;

Considerando que no local onde são obrigados a aguardarem a hora para serem atendidos não existe abrigo algum que os proteja das intempéries, circunstância que contribui para agravar ainda mais as condições de saúde dos adultos e também das crianças, requer, após ouvido o Plenário, que se dirija veemente apelo ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Engenheiro Jaime Lerner, no sentido de que S. Exa., possuidor que é de reconhecido espírito humanitário, haja por bem determinar ao setor competente a construção naquele local, ou seja na Rua Alferes Poli, defronte ao portão de acesso aquele nosocômio, de um abrigo semelhante aos adotados nos portos terminais das linhas de ônibus.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) Gilberto Carvalho

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, o envio de expediente ao Senhor Ismair Baptista de Souza, Diretor Geral dos Correios e Telégrafos solicitando providências por parte do mesmo no sentido de que venha a ser criada e instalada uma agência dos Correios e Telégrafos, na sede no distrito de Vera Cruz d'Oeste, Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

## JUSTIFICATIVA:

O distrito de Vera Cruz d'Oeste, dentre os distritos que compõem parte integrante do Município de Céu Azul, vem acompanhando muito de perto e colaborando de forma efetiva, para o desenvolvimento daquele Município da Região Oeste de nosso Estado.

Tal desenvolvimento, veio provocar patente crescimento populacional na sede daquele Distrito, tal fato em consequência, permitiu, que através dos mais diversificados meios de produção de riquezas, passasse aquele Distrito a necessitar de forma mais efetiva, dos benefícios que são prestados pelo correio.

É natural portanto, que pretenda a população do distrito de Vera Cruz d'Oeste a instalação de uma agência do correio, na sede de seu Distrito, pois são inúmeras as dificuldades e os inconvenientes provocados pela ausência de tais serviços.

Por termos recebido por parte da população do Município de Céu Azul, a dignificante missão de representá-los nesta Casa de Leis, é que, apresentamos a presente reivindicação, que após ser devidamente estudada pela direção dos Correios e Telégrafos, achará por bem determinar a criação e instalação de agência daquela empresa, na sede do distrito de Vera Cruz d'Oeste, Município de Céu Azul.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, usando das atribuições regimentais e ouvido o Plenário, requer seja enviado apelo ao Presidente da TELEPAR no sentido de que implante a rede telefônica nas cidades de Terra Rica e Maria Helena. Trata-se de dois Municípios do Noroeste com número considerável de habitantes, uma região de intensa atividade agro-pecuária e comercial e no entanto ainda se acham privados desse instrumento imprescindível em nossos dias. A comunicação telefônica é sem dúvida um dos mais valiosos veículos de rápida comunicação e consequentemente de progresso. Um apelo desta Casa, certamente será ouvido pelos setores técnicos da Companhia e trará os benefícios reclamados pelos Municípios das duas cidades.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) Wilson Fortes

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, estribado em suas funções regimentais, requer à Mesa, após ouvido os Senhores Deputados da ARENA e MDB, seja endereçado Telex ao Presidente do Banco Nacional de Habitação, indagando de Sua Excelência quais as últimas instruções daquele Banco com respeito à aquisição de casas populares financiadas. Se é legal a cobrança de qualquer importância financeira como entrada para a compra dessas casas bem como se houve determinação para a cobrança de emolumentos, como vem ocorrendo em algumas cidades do Norte do Paraná. Se for legal, quais as reais taxas que são permitidas ou fixadas para as COHABS?

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é oportuna, tendo em vista denúncias surgidas especialmente na cidade de Londrina, onde os proprietários de casas populares são forçados ao pagamento de pesadas taxas como entrada de moradia própria. Este fato vem despertando enorme interesse dos proprietários das casas financiadas pelo BNH, que desejam saber da legalidade ou não dessas cobranças, o que impede muitos trabalhadores de adquirirem sua tão sonhada casa própria. Esta cobrança por parte da COHAB-LD já foi objeto de denúncia inclusive na Câmara de Vereadores de Londrina. Somente o Presidente do Banco Nacional de Habitação poderá prestar os esclarecimentos ora solicitados e que servirão como instrumento de grande orientação para os mutuários.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) Antonio Belinati

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 91-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Cândido Martins de Oliveira

## JUSTIFICATIVA:

A "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", também conhecida por Congregação Mariana da Catedral, foi fundada em 8 de dezembro de 1914, acha-se registrada no Registro Geral de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, sob n.º 298, do Livro A-2, de pessoas jurídicas, em 11 de junho de 1957.

A Congregação, é uma entidade sem fins lucrativos, filantrópica, de educação e de assistência social, tendo como meta principal: promover, manter e auxiliar a) — semanas de estudos, cursos diversos para formação integral dos membros efetivos, na formação religiosa, conferências, seminários, encontros e palestras; b) — obras de assistência social, tais como, erradicação de favelas, auxílio em espécie a indigentes e familiares, distribuindo-lhes agasalhos e alimentos, efetuar visitas a hospitais, penitenciárias e leprosários, levando aos internos o conforto espiritual àqueles que o necessitam.

Faço ao exposto, levamos à consideração dos nobres Pares, esperando o devido apoio ao Projeto, que ora propomos.

## PROJETO DE LEI N.º 92-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Tibagi ao Município de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) David Federmann

## JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Tibagi e Castro têm tido suas safras agrícolas grandemente aumentadas, particularmente com os incentivos recebidos para a cultura do trigo, arroz e soja, prevendo-se para este ano uma volumosa safra. Lamentavelmente o seu escoamento tem sido prejudicado com as condições das estradas, principalmente o trecho de que trata o presente Plano de Lei. O DER, tem a melhor condição técnica e material para a conservação e melhoria da referida estrada com grande benefício para a região.

## PROJETO DE LEI N.º 93-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar através da Secretaria de Agricultura, três (3) tratores de pneus "JOHN DEER" — 730, destinado a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) João Mansur

## JUSTIFICATIVA:

Visa a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., de posse dos referidos tratores, incentivar à agricultura regional, principalmente em trabalhos de recuperação e conservação de solos e subsidiariamente, em outros correlatos e necessários ao desenvolvimento agrário.

Com este Plano de Lei, visa o autor incrementar as atividades agrícolas no Paraná, contando, assim, com o apoio integral dos Senhores Deputados, com asserto nesta Assembléia Legislativa. Anexo Protocolo n.º 01790 — da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

## PROJETO DE LEI N.º 94-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — A distribuição, realizada pela Administração direta ou indireta, de matéria de divulgação ou publicidade a revista, jornais, periódicos e emissoras de rádios e televisão, obedecerá a critérios objetivos, estabelecidos em normas fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas.

Parágrafo único — Como base para fixação desses critérios, deverão ser levados em conta, entre outros fatores, a circulação do periódico, suas características editoriais, o mercado a que se dirige e a natureza da publicação a ser feita, bem como, no caso de emissoras, a audiência, a potência, o tipo de programação e outros elementos que possam influir na eficiência da divulgação.

Art. 2.º — Pela despesa efetuada em desconformidade com o disposto nesta lei, responderá civil, administrativa e penalmente o agente que a ordenar.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruet

## JUSTIFICATIVA:

Com o duplo objetivo de preservar a probidade administrativa e garantir a liberdade de imprensa, submetemos à Assembléia Legislativa, Projeto de Lei determinando a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela Administração indireta.

Em qualquer de suas modalidades, a gestão de dinheiros públicos é para o administrador, não um "direito-interesse", mas um "direito-função". Não pode visar ao seu benefício ou intuito pessoal, mas deve atender ao interesse público.

No caso de verbas relativas aos meios de divulgação, a matéria assume maior gravidade. A aplicação discriminatória de verbas de publicidade presta-se os expedientes inconfessáveis do aliciamento e perseguição. Fere, assim, de um lado, o princípio da liberdade de imprensa, e, de outro, as normas elementares de probidade administrativa, que constituem valores essenciais de qualquer nação civilizada e culta.

Sobre a liberdade de imprensa, escreveu Ruy Barbosa: "De todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária (...) não se suprime essa liberdade, senão para ocultar as demais".



Sobre a probidade na gestão dos dinheiros públicos e sua importância básica na vida nacional, basta lembrar que a Constituição capitula entre os crimes de responsabilidade do próprio Presidente da República "a probidade na administração" (art. 82 N.º V). E o artigo 315, do Código Penal inclui o emprego irregular de verbas públicas entre os crimes contra a administração. Impõem-se, assim, a substituição de critérios meramente subjetivos na distribuição de publicidade pelo Poder Público, por critérios objetivos, fixados com antecedência e devidamente divulgados. É esse o processo que propomos para evitar as violações da liberdade de imprensa e a malversação de verbas públicas.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Para o pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dado o elevado número de inscritos no Grande Expediente, inscrevi-me no Pequeno para reapresentar um Requerimento ontem rejeitado por esta Casa, com as sugestões que achamos devam ser apresentadas.

1. Considerando que a produção brasileira da presente safra cafeeira é das menores de que temos conhecimento;

2. Considerando que o Paraná que já foi o Estado maior produtor de café, não deverá produzir neste ano mais do que quatro milhões de sacas de café beneficiados;

3. Considerando que apesar do esforço governamental em combater a ferrugem, isto é feito precariamente, principalmente entre os pequenos cafeicultores;

4. Considerando que o combate à ferrugem é de alto custo para o lavrador;

5. Considerando que os estoques existentes são os mais baixos, dando-nos uma posição estatística invejável;

6. Considerando que devido ao pequeno volume da safra 1.973-74, o INPS não será obrigado a comprar dos produtores e comerciantes uma só saca de café;

7. Considerando que a elevação do preço mínimo para Cr\$ 280,00 por saca de café beneficiado, não satisfaz o necessário a proporcionar a segurança dos lavradores, a fim de que possam rejeitar ofertas baixistas dos intermediários;

8. Considerando que a Resolução n.º 690, de 24 de abril último fixa uma taxa de contribuição de Cr\$ 30,50, dando ao Governo uma receita extraordinária na exportação, no valor de até Cr\$ 240,00 por saca. Ao produtor o mínimo estabelecido é de Cr\$ 280,00 por saca. Fica este com as despesas decorrentes de sacaria, transporte, IBC, adubos, combate a ferrugem etc., tirando pouco mais de Cr\$ 230,00 em saca. Afóra isso há ainda as despesas naturais do custeio da produção, não se levando em conta as possíveis perdas que podem ocorrer em virtude de fenômenos climáticos, tão frequentes no Paraná.

Sugere, a Assembléia Legislativa do Paraná, interpretando o pensamento da cafeicultura paranaense, para que possa esta atividade agrícola obter melhores preços, em vista da impossibilidade do Governo em diminuir a taxa de contribuição, as seguintes medidas:

a) Extinção da Sigla do IBC, com a transferência de toda a sua rede armazenadora para a CIBRAZEM, assim como de todo o corpo de funcionários que atua neste setor;

b) A Diretoria do IBC passaria a integrar o Ministério da Indústria e Comércio, como órgão técnico da execução da política cafeeira;

c) Os demais setores especializados do IBC, GERCA e Departamento de Assistência à Cafeicultura, passariam também a integrar o Ministério da Indústria e Comércio, subordinados à diretoria técnica executora dessa política cafeeira;

d) Os Funcionários da parte administrativa do IBC seriam remanejados entre os demais órgãos do serviço público federal;

e) Essas medidas de alteração da estrutura do IBC trariam uma economia de Cr\$ 50,00, por saca de café e que reverteria em benefício do cafeicultor. A construção prevista das sedes do IBC em Curitiba e Brasília, tornaria-se desnecessária e o seu custo reverteria, também, em benefício dos cafeicultores. A já existente sede em Londrina, poderá ser doada à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, a fim de que possa este contar com um melhor atendimento, uma vez que é quem colabora diretamente nesta atividade que vem promovendo o engrandecimento da economia paranaense e nacional.

Sr. Presidente, o nosso requerimento visa dar uma estrutura inteiramente reformulada e atualizada; acaba, única e exclusivamente, com a sigla do IBC, e com grande economia para o engrandecimento nacional, principalmente o engrandecimento paranaense, que estamos mais interessados, do que a maioria ou a paulista.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos dois requerimentos quase idênticos, nesta tarde, com referência aos INPS, em nosso Estado.

O primeiro deles diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro Júlio Barata, do Trabalho e Previdência Social, no sentido de que aquela autoridade federal encontre fórmula capaz para o atendimento do INPS no interior do nosso Estado.

Atualmente, Senhor Presidente, esse Instituto de Previdência atende apenas, aos seus beneficiários, onde possua uma sua agência. Acontece que muito pouco são os Municípios que detêm semelhante primazia, ficando, porém, os que necessitam dos recursos da Previdência Social, e que moram em locais não afetos à mesma, marginalizados, já que com problemas de longas distâncias, locomoção e hospedagem, torna, o atendimento custoso e quase impossível.

Com uma autorização do INPS aos médicos residentes, nas regiões não afetas ao Instituto, através de credenciais para atendimento dos beneficiários daquela autarquia, o problema teria uma fácil solução, razão pelo qual apresentamos o presente requerimento, que confiamos ser aprovado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973".

O segundo, diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente:

Considerando a inexistência, na maior parte dos Municípios do Estado do Paraná, de agências do Instituto Nacional de Previdência Social;

Considerando que muito poucos são os beneficiários da Previdência Social, moradores no interior do Estado, que usufruem do INPS, quanto ao atendimento médico-odontológico-hospitalar, face às enormes distâncias a percorrer;

Considerando que, para estas pessoas, não existe qualquer outro meio de atendimento médico, face aos preços cobrados na parte referente a clínica particular, o Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro Júlio Barata, do Trabalho e Previdência Social, no sentido de que aquela autoridade, visando um melhor atendimento ao homem do interior, estude uma maneira de instalar uma agência do INPS em cada sede de Município com população igual ou superior a 30.000 habitantes, credenciando médicos particulares para igual serviço em locais de população inferior à estipulada neste requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que moramos em União da Vitória, temos a felicidade de ter uma Agência do INPS naquela cidade, enquanto que em outros municípios, como o de Palmas, os contribuintes do INPS têm que se locomover até União da Vitória para poderem ser atendidos por um médico credenciado. E, muitas vezes, esses trabalhadores que vão a procura de recursos médicos, quando têm de regressar às suas cidades, tem que bater às portas das autoridades, a fim de solicitarem meios para regressarem à sede de seus municípios. E eu pergunto, por que o INPS não atende a todos os seus contribuintes? Por que não existem Agências, ou médicos credenciados, em todos os municípios?

O outro requerimento que encaminhamos à Mesa é no sentido de fazermos um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Assistência Social que crie Agências do INPS em todas as localidades com mais de 30 mil habitantes; e nos municípios de menor população, credencie médicos para que os trabalhadores tenham a assistência a que têm direito. Em épocas anteriores, vimos a criação de diversas Agências que, posteriormente, foram fechadas. E, hoje, esses trabalhadores não têm o atendimento médico que necessitam. Daí o motivo de apresentarmos esses dois requerimentos ao mesmo tempo em que fazemos um apelo aos Srs. Deputados para que os apoiem, para que o Sr. Ministro do Trabalho e Assistência Social estude um critério para dar atendimento aos abençoados trabalhadores de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando ao Sr. Deputado João Marur um Pedido de Informação ao Presidente do Banco Nacional de Habitação, para que aquela autoridade informe à Assembléia Legislativa do Paraná se as taxas que vêm sendo cobradas pela COAB no interior do Paraná aos adquirentes da casa própria, são legais ou não.

Ocorre que em algumas cidades os operários para comprarem sua casa popular se vêm forçados ao pagamento de uma importância em dinheiro, que varia de 1 a 2 milhões de cruzeiros antigos, representando o quantum de pagamento da entrada para a compra de uma casa popular. Se o trabalhador brasileiro, de um modo geral, ganha na base de um salário mínimo e, conforme já se pôde verificar que no Paraná uma grande parte dos trabalhadores, ou a metade, não ganha sequer o próprio salário mínimo, vemos que a exigência da COAB, em algumas cidades do Paraná, é das mais absurdas, porque o cidadão ganhando um modesto salário mínimo por mês, tendo família para sustentar e se não foi contemplado pela Loteria Esportiva, dificilmente terá verba suficiente para dar de entrada para ter a sua tão sonhada casa própria.

O que se comenta nos bastidores, sr. Presidente, é que o Sr. Governador do Estado estaria propenso a dar o aumento para o funcionalismo público do Paraná, apenas a partir de outubro, alegando S.Exa. que será exatamente no mês de outubro que será completado 1 ano da vigência do último aumento concedido aos funcionários públicos.

O que sentimos é que no momento em que a lei interessa ao Governador ela é rigorosamente cumprida, mas quando não interessa, é ignorada, como no caso das serventes, onde depois de muitos apelos através da Assembléia Legislativa, o governo passa a pagar para as serventes um ordenado líquido de 133 cruzeiros, o que não representa sequer 50% do salário mínimo em vigor no Brasil.

Portanto, quando não há interesse de se cumprir a lei o Governo passa a ignorá-la, ou mesmo desrespeitá-la. No caso do servidor público, o que se alega é que S.Exa. só daria o aumento a partir de outubro, apenas se completasse um ano da vigência do último aumento salarial.

Gostariamos nesta tarde de lançar um apelo a S. Exa. Não vamos aqui como legislador sugerir que se fira a Lei, porque ela foi feita para ser cumprida, mesmo pelo Governador do Paraná, mas se houver algum Ato complementar, alguma Lei suplementar que determine a concessão de aumento em menos de um ano, queremos lançar um apelo ao Sr. Governador Parigot de Souza, que S. Exa. mande para esta Casa, com urgência, uma mensagem concedendo um abono provisório que viria substituir o aumento salarial, até que se completasse 1 ano da última concessão.

Um abono para atender, em parte o sofrimento de uma classe que está vivendo um clima de grande expectativa e gostaríamos também de cobrar da Associação dos Servidores Públicos do Paraná um movimento mais ativo, uma atuação que possa vir mais de encontro aos funcionários públicos do Paraná. Aquela entidade já encaminhou ao Sr. Governador do Paraná um memorial pedindo um aumento salarial. Como me parece que até agora S. Exa. ainda não teve tempo de responder a solicitação da Associação dos Servidores Públicos, isso demonstra a necessidade do atual Presidente daquela entidade, Sr. Odir Rocha, de movimentar sua Diretoria e o quadro associativo para que aquela entidade se una aos apelos da Assembléia Legislativa e que não fique apenas num único Memorial encaminhado ao Sr. Governador mas que a Associação dos Servidores Públicos do Estado possa mostrar que o dinheiro pago através das folhas, não é pago em vão. Desta maneira o servidor público poderá sentir que a Associação está a seu lado não apenas com um modesto Memorial, mas está dando seu incentivo, sua solidariedade e sua participação ativa para que o Governador do Estado vede



nha, quem sabe dar atendimento a estas reivindicações de melhoria salarial para todo o quadro de servidores do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha intervenção na tarde de hoje tem por objetivo aclamar uma situação sobremaneira confusa. Refiro-me ao problema já abordado hoje nesta Tribuna ou seja aumento para o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Tenho certeza de uma coisa: este é o Poder que não pode, pois, caso contrário, se pudesse este Poder já teria atendido aos reclamos e anseios do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Muito se tem falado a respeito de aumento. A minha intenção nesta oportunidade, não tem finalidade demagógica, não pretendo, de outra forma, agradar o funcionalismo público quero, apenas, que se esclareça devidamente para que o assunto não seja mais abordado.

Fomos informados pelo Líder do Governo ontem que o propalado aumento de 6% é infundado; que o Governador nada disse a respeito e que o aumento provavelmente somente ocorreria em outubro, após transcorrer um ano do último aumento.

Em função dessas informações estamos apresentando hoje Pedido de Informações a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e peço permissão para ler o meu Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, considerando que:

O funcionário público do Estado tem cobrado com insistência dos representantes do povo, a elevação dos seus salários. A elevação concedida pelo Governo da União, ao funcionalismo público federal e posteriormente a divulgação dos novos níveis do salário mínimo no País, provocaram elevação dos preços, sobretudo em gêneros de primeira necessidade, em consequência principalmente dos preços dos derivados de petróleo. O desnível que se verifica em função desse “estado de coisas”, faz com que a laboriosa classe se sinta desestimulada, ensejando até mesmo, certo emperramento, por que não dizer justificável, na máquina administrativa, em prejuízo dos interesses maiores de setores fundamentais no contexto estadual.

Outrossim, as informações divulgadas, não se sabe, se por fontes merecedoras de crédito, dando conta de que o Governo concederia aumento de apenas 6%, trouxeram intranquilidade à classe, por se tratar de elevação irrisória, irreal e até mesmo ofensiva.

Em função dessa situação, e pretendendo esclarecer devidamente os interessados, sobretudo para que se faça justiça; solicita de Vossa Excelência, seja enviado ao Governo do Estado, o seguinte pedido de informações, esperando-se imediata resposta:

a) — Qual o propósito do Governo, com relação ao aumento para o funcionalismo público?

b) — Os estudos para que se estabeleça o “quantum” da elevação de forma real e justa, já foram realizados?

c) — Quando pretende o Governo efetivar o referido aumento?

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973”.

Sr. Presidente, apenas fazemos mais um apelo para que este Pedido de Informações a ser aprovado, não permaneça nas gavetas do Palácio Iguaçu e seja respondido imediatamente, porque parece critério, de ordens governamentais relegadas a um segundo plano, sequer dando importância aos seus Pedidos de Informações. Quantos deles não foram respondidos a esta Casa?

Esperamos que este, sobretudo por ser de interesse do próprio Governo, seja respondido imediatamente, para clarear uma situação que não pode permanecer mais nessa nebulosa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Lê): “Com o duplo objetivo de preservar a probidade administrativa e garantir a liberdade de imprensa, submetemos à Assembleia Legislativa, Projeto de Lei determinando a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade de divulgação, efetuadas pela Administração Pública ou órgão da Administração indireta.

Em qualquer de suas modalidades, a gestão de dinheiros públicos é para o administrador, não um “direito-interesse”, mas um “direito-função”. Não pode avisar ao seu benefício ou intuito pessoal, mas deve atender ao interesse público.

No caso de verbas relativas aos meios de divulgação, a matéria assume maior gravidade. A aplicação discriminatória de verbas de publicidade presta-se aos expedientes inconfessáveis do alijamento e perseguição. Fere, assim, de um lado, o princípio da liberdade de imprensa, e, de outro, as normas elementares de probidade administrativa, que constituem valores essenciais de qualquer nação civilizada e culta.

Sobre a liberdade de imprensa, escreveu Ruy Barbosa: “De todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária (...) Não se suprime essa liberdade, senão para ocultar as demais”.

Sobre a probidade na gestão dos dinheiros públicos e sua importância básica na vida nacional, basta lembrar que a Constituição capítula entre os crimes de responsabilidade do próprio Presidente da República “a probidade na administração” (art. 82 n. V). E o artigo 315 do Código Penal inclui o emprego irregular de verbas públicas entre os crimes contra a administração.

Impõem-se, assim, a substituição de critérios meramente subjetivos na distribuição de publicidade pelo Poder Público, por critérios objetivos, fixados com antecedência e devidamente divulgados. É esse o processo que propomos para evitar as violações da liberdade de imprensa e a malversação de verbas públicas.

A apresentação deste projeto vem a propósito da atitude adotada recentemente pelo Governador do Estado de São Paulo, Sr. Laudo Natel, adotando uma política discriminatória com um conglomerado de órgãos de divulgação. O “Estado de São Paulo”, “Jornal da Tarde” e Rádio El Dourado, desses grupos de comunicação, da imprensa nacional.

É verdade que no Paraná, no momento não se tem notícias de fatos dessa natureza, porém, é bom lembrar que recentemente, neste mesmo Estado, quando a Chefia do Poder Executivo era exercida pelo Dr. Haroldo

Leon Peres, medidas de ordem discriminatória foram também adotadas contra os órgãos de divulgação do nosso Estado.

Por essa razão e por este motivo, tenho certeza que esta Casa aprovará este Projeto de Lei, que regulará, daqui para a frente, a forma de distribuição de verbas para publicações em jornais, emissoras de rádio e televisão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos, Sr. Presidente e nobres Colegas o “Diário do Congresso Nacional” em sua edição de seis de abril de 73, e pretende transcrever para os Anais desta Casa, aquilo que foi transcrito também nos Anais do Congresso Nacional. Verifica-se pelo documento em foco que, em sua edição de 4 de abril, o “Estado de S. Paulo” deveria circular na sua quinta página com a seguinte manchete: “No Brasil não há liberdade de imprensa”. Mas não circulou esta, mas sim uma outra manchete:

“Já é hora de dar mais atenção às flores”.

As duas edições entretanto, ou melhor, as duas páginas da mesma edição, foram exibidas no Congresso Nacional pelo Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Aldo Fagundes. E esta manchete, “No Brasil não há liberdade de imprensa”, servia de título ao relatório apresentado na Assembleia das Associações Internacionais de Imprensa, pelo Diretor do “Estado de S. Paulo” jornalista Júlio Mesquita Neto. O documento apresentado pelo jornalista em questão tem o seguinte teor:

(Lendo): “A situação da imprensa no Brasil é exatamente a mesma que escrevi em outubro do ano passado na Assembleia de Santiago do Clube. A nossa reunião serviu aliás entre muitas outras coisas, para uma confirmação indireta mas oficial, de que dizia no seu informe sobre a inexistência de liberdade de imprensa no Brasil.

Por determinação expressa do Ministério da Justiça a censura proibiu os jornais de publicar texto do relatório que apresentei na Comissão de Liberdade de Imprensa. O detalhe ilumina bem um panorama que não alterei. A palavra “sombria” continua sendo adequada para o defender e seria ilusório acreditar que algo mudará no Brasil, no tocante à imprensa, nos próximos meses. As oscilações da política oficial relativamente à imprensa cederam lugar a uma linha de rigidez. Ocorreu uma institucionalização do controle da opinião pública. As leis fundamentais são as mesmas, mas a partir delas e de um complexo, contraditório e absurdo sistema de portarias, regulamentos e instituições, a censura deixou de ser uma ameaça para se transformar em dura realidade. Ele não afeta, entretanto, a totalidade da Imprensa. Há jornais e revistas que realizam a auto-censura de modo a merecer até elogios das autoridades. Outros, por inspirarem meros confiança recebem instruções da censura pelo telefone. Numa terceira categoria acham-se os órgãos de Imprensa submetidos à censura prévia. No momento enfrentam essa situação o “Estado de São Paulo” e o “Jornal da Tarde”, em São Paulo; e no Rio de Janeiro, o Diário “Tribuna da Imprensa” e os semanários “Pasquim”, “Política” e “Opinião”. Recebi informações segundo as quais o último desses semanários tem constantemente sido vítima de arbitrariedades, muito parecidas com aquelas que atingem os jornais que dirijo. No caso específico de “O Estado” e o “Jornal da Tarde” suas edições são diariamente lidas por censores designados pela Polícia Federal e investidos de autoridade bastante para vetar a publicação de qualquer notícia, editorial, reportagem, até de um simples anúncio. Pessoalmente confesso haver renunciado a todo esforço de previsão sobre o comportamento da censura. De um lado, as instruções mudam com uma frequência desconcertante. O que é proibido hoje é autorizado amanhã e vice-versa. De outro lado, as reações dos censores dependem de mil e um fatores, desde o nível cultural ao estado de espírito de cada um. O permanente é humilhante para nós, jornalistas e a atmosfera de pressões e ameaças que oprime as redações de jornais que não abdicam de sua missão informativa e formativa. Uma sessão de trabalho inteira seria insuficiente para levar ao conhecimento da Comissão de Liberdade de Imprensa uma pequena parte dos abusos e violências decorrentes em meu País do funcionamento da censura prévia. Poucas vezes de resto, os pretensos objetivos políticos visados são atingidos pois diariamente aparecem nas colunas de outros jornais do Rio e de São Paulo, notícias cuja publicação é proibida no “Estado” e no “Jornal da Tarde”. Essa disparidade de critérios coloca os órgãos que estão sob censura prévia numa situação delicada não apenas perante seus leitores, mas também diante de altas personalidades cujas palavras e nomes são suprimidos pelos censores. Ultimamente, mais de uma vez, noticiário emanado de órgãos oficiais de segurança e amplamente divulgado pela imprensa, foi vetado pelos censores no “Estado” e no “Jornal da Tarde”. Em defesa do renome profissional e do prestígio dos jornais, eu me senti na obrigação de comunicar o fato à alta autoridade militar responsável pelo noticiário vetado. Não foi essa de resto uma situação excepcional. Em poucas semanas vi-me na contingência de enviar telegramas a ministros, senadores e deputados para esclarecer que discursos seus haviam sido censurados. O cotidiano tornou-se, assim fértil em episódios absurdos para não dizer grotescos. Um censor cortou um trecho de uma declaração do Ministro das Relações Exteriores, outro vetou um discurso pronunciado no Senado pelo Líder do Governo naquela Casa do Congresso, um terceiro não permitiu que se publicasse uma notícia sobre o último livro do Superior dos Jesuítas, Padre Arrupe. Ocorrem coisas inimagináveis. Durante meses, nenhum jornal pode publicar o nome — por expressa determinação do Ministério da Justiça do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Alomar Baleeiro, ora aposentado. No rol das proibições figurou durante largo tempo o debate sobre o abastecimento de carne, abrangendo as pessoas de Ministros de Estado que tinham a respeito opiniões divergentes, outros assuntos vetados; aspectos da política econômica e da repressão e informações e comentários sobre a sucessão presidencial. Vários discursos pronunciados no Congresso por ocasião do cinquentenário da morte de Ruy Barbosa, o grande tribuna liberal brasileiro, foram também censurados.

Não nos será difícil imaginar as condições precárias em que, num tal contexto, se processa o trabalho de jornalistas responsáveis. As pressões exercidas sobre “O Estado” caracterizam-se por altos e baixos, independentemente da rotina da censura prévia. No dia 11 de dezembro, o temor de que o jornal publicasse o nome do Presidente do Supremo Tribunal Federal levou o Chefe da Censura Federal a comparecer em nossas oficinas, com o inevitável aparato policial e o tinir de armas. No dia 18 de janeiro, verificou-se uma situação ainda mais constrangedora. O censor de turno mutilou de tal maneira a edição, que o “Estado” publicou apenas uma nota média



em sua página de editoriais. Não foi autorizada a publicação de um editorial em que elogiávamos o candidato à Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por ter exaltado a importância do Instituto de "Habeas Corpus" e reivindicado seu restabelecimento; e, do mesmo modo, foi proibido o editorial de abertura, no qual criticávamos severamente uma espécie de decálogo sobre os "deveres" do bom jornalista promulgado pelo Partido Comunista da Checoslováquia. Até hoje não entendi o motivo da solidariedade do censor brasileiro aos burocratas do Partido do Sr. Husak... Cabe também mencionar que os jornais que dirijo não recebem com frequência noticiário de fontes oficiais distribuído a todos os demais órgãos da imprensa. Tenho conhecimento, através de outras fontes, de fatos constantes desse noticiário. Tentamos, quando isso ocorreu pela primeira vez, levar a informação ao público. A censura não permitiu. Nosso protesto, endereçado ao Ministro da Justiça, não obteve resposta. Outro aspecto muito grave da atual conjuntura é a insistência com que certos representantes do "establishment" oficial procuram amedrontar jornalistas, em todos os escalões. Já abordei em informes anteriores o caso do "Jornal da Bahia" cujo diretor e redator-chefe continuam sofrendo a implacável perseguição do Governador daquele Estado brasileiro. No que diz respeito ao "Estado de São Paulo", disponho de elementos que me conferem autorização para denunciar esta Tribuna de ineficazes pressões exercidas por altas personalidades militares e civis — até Governadores estaduais — sobre diretores das sucursais de "O Estado". Simples redatores ou correspondentes, em algumas das principais cidades do País. "Convidados" a prestar depoimento sob os pretextos mais extravagantes esses jornalistas de cuja conduta me orgulho, têm recebido ameaças, censuras pelo envio de notícias e apelos para que se mostrem mais "comprensivos". Em certos casos, escutam também as perguntas mais disparatadas formuladas em atmosfera de romance policial. Foi o que ocorreu com um correspondente a quem pretendiam extrair um estranho segredo, digno do herói imortal de Cervantes: os motivos que impediram um cardeal brasileiro de suceder a Paulo VI no trono de São Pedro! De todos esses episódios, o mais grave, pelos seus desdobramentos, ocorreu em Brasília e envolveu, inicialmente, o diretor na Capital do País da Sucursal de "O Estado", Carlos Chagas. Tudo começou em consequência de "O Estado" ter publicado em 12 de dezembro de 1972, uma pequena notícia, proveniente de Brasília sobre o sequestro e posterior espantamento de um médico. Como os pormenores seriam cansativos, eu me limitarei a informar à Comissão de que o jornalista Carlos Chagas foi indiciado num Inquérito Policial Militar com base no Art. 16 da Lei de Segurança Nacional, sob a alegação de que lhe cabe a responsabilidade pela divulgação da referida notícia que poderia "indispor ou tentar indispor o povo contra as autoridades constituídas". A pena prevista pelo Art. 16 é de seis meses a dois anos de prisão. O mesmo artigo esclarece, entretanto, que o crime se configure a notícia terá que ser "falsa", "tendenciosa"; ou o fato "truncado"; "deturpado"; se for verdadeiro. Sem cometer a lei — sobre a qual o A II conhece a minha opinião — cumpre-me — salientar que até hoje decorridos quatro meses, ninguém demonstrou a falsidade da notícia publicada no "Estado" e menos ainda a existência de má fé de nossa parte: O jornalista Carlos Chagas, em seus vários depoimentos, deixou bem claro que a responsabilidade pela divulgação não lhe podia ser atribuída, pois sua função é a de coordenar o material jornalístico produzido em Brasília, orientá-lo e determinar a sua transmissão a São Paulo. Essa evidência não impediu que o IMP fosse levado adiante com todos os prejuízos que isso representa para Carlos Chagas. Era, porém, apenas um começo. Principiavam pelo diretor da sucursal para atingir a direção do jornal. Conforme German Ornes informou na reunião do Panamá fui intimado a comparecer no dia 12 de janeiro, na sede da 2.ª Região Militar, em São Paulo para depor em Inquérito Policial Militar instaurado pelo Comando Militar do Planalto em Brasília. Fui interrogado por um coronel e dois maiores que me fizeram perguntas sobre o funcionamento do "Estado", o fluxo das informações e a responsabilidade de cada departamento ou seção. O que estava em causa, concretamente, era a responsabilidade pela divulgação da notícia de 12 de dezembro. Respondi que em situações normais sou responsável como diretor de "O Estado", por toda matéria informativa e editorial por ele publicada. Ficou claro que o diretor da sucursal de Brasília ou qualquer outro membro do corpo redatorial, em hipótese alguma poderia ser responsabilizado pela divulgação de matéria publicada. Mas também sublinhei, enfaticamente, que na situação existente desde agosto de 1972 — isto é a partir da instauração da censura prévia — o primeiro responsável por tudo o que o "Estado" publica é o Ministro da Justiça professor Alfredo Buzaid, como os censores recebem instruções diretas da Polícia Federal, que se acha subordinada ao Ministério da Justiça a responsabilidade da discutida notícia de 12 de dezembro, aprovada por esses mesmos censores cabia; pois, dentro da lógica e da lei ao Professor Alfredo Buzaid.

A censura proibiu que o "Estado" publicasse no dia seguinte, uma notícia esclarecedora sobre o meu depoimento. Mas — e cito o caso para dar a medida do ciclo do absurdo — a imprensa do Rio de Janeiro divulgou a minha resposta, responsabilizando o Ministro da Justiça.

Na realidade, o problema que enfrentamos transcende as leis liberticidas as arbitrariedades as ameaças, a diversidade de critérios, o humor dos censores.

(Lendo): "Mesmo quando notícias ou editoriais são publicados com visto da Censura todos nós, jornalistas, do repórter ao Diretor estamos sempre expostos a ser processados sob as acusações mais fantásticas.

Pessoalmente não imagino que rumo tomará o inquérito em que me envolveram. Tudo pode acontecer pois a mais elementar lógica está ausente na política adotada pelas autoridades do meu País em face dos jornais que desejam cumprir com dignidade o seu papel.

No campo das violências que atingem jornalistas, não se registraram desde janeiro, novas prisões. Todos os profissionais que se achavam presos à data da reunião do Panamá, sob acusação de desenvolverem atividades subversivas foram libertados dias depois. O caso do jornalista Venelouks Xavier Pereira — espancado por autoridades policiais, diretor de um Diário de Fortaleza — Ceará, continua na justiça. As perspectivas não são animadoras e não cremos que a situação se modifique sensivelmente nos próximos meses. A institucionalização do controle da imprensa é uma realidade e nada indica que os mecanismos da censura prévia sejam alterados. Os jornalistas que no Brasil se batem pela liberdade de imprensa estão preparados espiritualmente para continuar enfrentando arbitrariedades, ameaças e pressões de toda sorte.

Como estamos no final de um governo que desde o seu início em 67 se mostrou sempre incompatível com a imprensa livre, acreditamos que nenhuma modificação significativa virá alterar o quadro até março de 1974, data em que segundo a Constituição vigente tomará posse o futuro Presi-

dente da República. Sem ilusões quanto ao presente, os jornalistas brasileiros que não se submetem aguardam com esperança o próximo ano".

Aí está, Sr. Presidente, srs. Deputados dispensando qualquer comentário o documento que não pode vir a público censurada que foi a edição em que seria ele publicado no "Estado de São Paulo". A Bancada do MDB no Congresso Nacional o transcreveu nos Anais daquela Casa e o faz aqui também, como uma homenagem que entendemos a mais legítima à imprensa, ao grande veículo das liberdades tradicionais do povo brasileiro que no momento atual atravessa a grave crise que aqui acaba de ser narrada.

O SR. MURICIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. a qualidade de parlamentar na qualidade também de Presidente do Diretório Regional do MDB, mais uma vez contribui com esta sua iniciativa para que de todas as formas e maneiras possa o povo brasileiro gozar da prerrogativa que deveria sempre ser cumprida nos termos constitucionais, no sentido de que a opinião pública nacional pudesse, sem interferência de forma alguma tomar conhecimento da realidade dos fatos e acompanhar os principais acontecimentos nacionais e mundiais sem que houvesse qualquer proibição de quem quer que seja.

Em determinado trecho do seu pronunciamento se ressalta que muitas vezes a censura por falta de melhor e maior cultura, outras vezes simplesmente por disposição física, adota uma atitude de restrição a determinada matéria um dia e no outro dia, dá a essa mesma notícia plena autorização de divulgação. E é claro e evidente que uma só cabeça pensando não poderia de forma alguma, orientar a opinião pública nacional.

Por esta razão o Movimento Democrático Brasileiro e também aqueles que conhecem e vêem na imprensa a manifestação, mais importante, em termos de comunicação em todos os instantes e em todos os momentos não poderia como V. Exa. fez muito bem, deixar de manifestar seu propósito de transcrever nos Anais da Casa o pronunciamento que ora faz. Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. deu a este ato o conforto e a ilustração que tem sabido dar sempre que intervém nesta Casa.

Realmente, não entendemos de outra forma mesmo encarrando o problema sob o aspecto a-partidário é de se convir que, elementarmente, vivemos num País em que pelo menos, em um de seus artigos a Carta Magna dispõe que "todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". Consequentemente num regime onde vige uma Constituição e onde as leis ordinárias e especiais disciplinam os casos de excesso de liberdade de imprensa — não pregamos os atos libertinos, os combatemos — não podemos consentir que, onde existe a lei se faça sentir em seu lugar o arbitrio.

Tendo em vista as recentes comemorações do "Dia das Comunicações" e entendendo que a liberdade nas comunicações vem como que coroar todo o sentido da vida humana fica presente, pois como uma participação do MDB nas comemorações do "Dia das Comunicações" que teve lugar no dia 5 próximo passado.

Que esta mensagem sirva de alento principalmente para que a Tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná continue sendo usada para que, através dela, ainda em nossa Pátria se possa pensar livremente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Depois de um longo Pequeno Expediente e de haver ocupado a Tribuna o nobre Deputado José Muggiati Filho para trazer ao nosso conhecimento o documento de um fato histórico tão palpante e tão chocante, o que vamos expor tornar-se-á talvez, enfadonho.

Entretanto estamos nesta Tribuna para reclamar do Governo do Estado alguns benefícios que dizem respeito à região que representamos. Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados nos vimos sujeitos a um regime político que amordaça o cidadão brasileiro a um regime político que controla os próprios srs. Representantes da situação, a um regime político que rouba das consciências do nosso povo, a oportunidade de se inteirarem de estarem presentes na vida da nacionalidade.

O amordaçamento da imprensa o aviltamento, a desvalorização e a descaracterização do Poder Legislativo nos intristece, nos encabula nos torna diminuídos e nos faz com que sintamos inúteis dentro de uma Casa de Leis.

Sr. Presidente vamos tentar ao menos através de um requerimento, de um veemente apelo, despertar a consciência do Poder Executivo para que se lembre que veja que existe no Paraná, uma região próspera e rica que se encontra há muitos e muitos anos completamente abandonada. Permiti-nos ler o requerimento que formulamos a esta Casa pedindo aos srs. Deputados que o aprovem, para que se tenha uma esperança de que a ação governamental um dia chegue ao Oeste do Paraná. (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário

Considerando:

I — que a Região Oeste do Paraná, compreendida entre os rios Iguaçu, Piquiri e Paraná nas suas margens direita e esquerda respectivamente e partindo do Município de Laranjeiras do Sul em sentido Oeste, é hoje, proporcionalmente o que apresenta maior volume e índice de produtividade agrícola mercê a qualidade de seu solo e topografia, com uma colheita que se estima a ordem de vinte milhões de sacas de cereais — (1973), cuja produção influi e decide consideravelmente na combatida economia nacional;

II — Que esta próspera região traz ainda como fator de riqueza nacional, as mundialmente conhecidas atrações turísticas de Cataratas, Sete Quedas, Foz do Chopim e Salto Osório, e em breve, Itaipu;

III — O completo e total abandono em que se encontram todas as estradas daquela região intransitáveis, sem bueiros, com pontes caídas e muitos anos causando uma situação indismensurável de "Calamidade Pública";

IV — Que o Distrito Rodoviário sediado em Cascavel de há muitos anos se constitui num órgão ocioso, sem culpa dos dignos funcionários ali lotados, mas pelo fato de absoluta falta de maquinária e equipamento;

V — Finalmente, que aquela região deve ser vista considerada, com mais de um milhão de habitantes, que lutam sofrendo e constrangendo para a Pátria, como um pedaço expressivo do Paraná, onde o Estado arrecadou no ano passado aproximadamente cem mil cruzeiros somente do ICM sem nada devolver em assistência aos agricultores e produtores;



Requer:

Que após ouvido o Plenário, seja enviado veemente apelo ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes e ao Exmo. Sr. Diretor do DER no sentido de que tomem conhecimento pessoal da real situação das estradas da referida região e após, determinem as providências objetivas, concretas e necessárias à solução de tão angustiante problema que asfixia a produção, comércio indústria e classes liberais.

Outrossim, dê-se ciência deste aos srs. Prefeitos Municipais de Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu; Corbélia; Nova Aurora; Formosa do Oeste; Assis Chateaubriand; Cascavel; Catanduvas; Cap. Leônidas Marques; Ceju Azul; Matelândia; Medianeira; São Miguel do Iguaçu; Santa Helena; Toledo; Mal. Cândido Rondon; Terra Roxa; Guaira; Foz do Iguaçu; Palotina.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973".

Sr. Presidente, se fazemos esta intervenção, se pedimos as benesses do sr. Governador do Estado de pelo menos uma vez tome conhecimento da existência de uma região, fator extraordinário e preponderante e ponderável na economia do nosso Estado e da nossa Pátria, é porque realmente srs. Deputados, aquela região está completamente abandonada. Basta dizer a V. Exa. que ali atualmente são atendidos, pelo Governo do Estado 900 quilômetros de estradas rodoviárias, estradas primárias que foram aberta a casco de burro há muito e muitos anos atrás; melhoradas pelo gipe de tração nas 4 rodas e antigamente no Governo de Ney Braga e nos primeiros tempos do Governo Paulo Pimentel, ainda vimos algumas motoniveladoras transitar naquela região, naquelas estradas. E em especial nestes dois últimos anos de governo temos um Distrito Rodoviário em Cascavel, completamente ocioso, sem atender qualquer atividade da sua função naquela região. Basta dizer a VV. Exas. srs. Deputados, que as duas últimas motoniveladoras que foram para aquela região e que lá estão em péssimas condições, foram remetidas para Cascavel nos primeiros 6 meses do Governo do Sr. Paulo Pimentel; é um distrito completamente ocioso. E repito à VV. Exas. que o potencial econômico daquela região é extraordinário. Ela compreende 20 Municípios interligados entre si, por estradas e interligados com a BR-277 sem as condições mínimas de escoamento, de uma super safra agrícola que lá está sendo colhida neste ano.

O sr. Candido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Iris Caldwell o discurso de V. Exa. atrai a atenção da Casa, não apenas pela veemência com que é pronunciado mas pelo conteúdo que ele encerra. Confesso a V. Exa. que concordamos com as ponderações que o seu Requerimento encerra. V. Exa. como representante do povo do Oeste do Paraná cumpre com o seu dever. Entretanto, V. Exa. é injusto de outro lado, quando afirma que no seu Requerimento ou no seu pronunciamento que o Governo está ausente totalmente há dois anos...

O Sr. IRIS CALDART — Do Oeste do Paraná.

O Sr. Candido Martins de Oliveira — ... do Oeste do Paraná. Lembro que há alguns dias atrás folheando a "Folha de Londrina", vi uma fotografia de V. Exa. ao lado do Secretário da Saúde Pública, agradecendo a distribuição de remédios no Município de Cascavel.

Lembro à V. Exa. que há duas ou três semanas lá esteve o Sr. Secretário de Educação e Cultura não sei se honrado com a companhia de V. Exa. como o foi o Sr. Secretário de Saúde Pública, mas debatendo com Prefeitos e estudando soluções para problemas de sua Pasta. Com relação ao problema das estradas que V. Exa. faz a bandeira de seu pronunciamento, gostaria a título de esclarecimento, de informar a V. Exa. que ao lado de outros Deputados Estaduais estivemos há alguns dias no Município de Francisco Beltrão em Companhia do Dr. Cássio de Paula Freitas atual Secretário dos Transportes, discutindo problemas atinentes ao Sudoeste e tivemos a oportunidade de trocar idéias com S. Exa. a respeito da programação geral de sua Pasta. Aquela autoridade realmente confessa a dificuldade que está enfrentando, ao lado dos Diretores do DER, no sentido de instrumentar o DER à conservação e melhoria das estradas. V. Exa. mesmo afirmou que a maquinaria é obsoleta, que a maquinaria que tem o Distrito do DER de Cascavel está em condição de imprestabilidade...

O Sr. IRIS CALDART — Nem existe.

O sr. Candido M. de Oliveira — V. Exa. afirmou que tinha duas máquinas enviadas há seis meses.

O Sr. IRIS CALDART — Nos primeiros seis meses do Governo Paulo Pimentel.

O Sr. Candido M. de Oliveira — Então existem máquinas, mas estão em situação de imprestabilidade. O próprio Secretário de Transportes e o Governo concordam que há dificuldades e está só o motivo pelo qual a sua região não tem tido o arrendimento que V. Exa. reivindica. Então na área da Secretaria de Transportes está havendo um entendimento com o Ministério dos Transportes, um estudo no sentido, inclusive de transformação da estrutura do DER para se habilitar aquele órgão com maiores recursos para podermos atender a sua região como de resto, todo o Estado do Paraná. Concordo com V. Exa., o Governo concorda com V. Exa. de que atualmente os Distritos do DER não tem condições suficientes de dar atendimento a uma região de colonização recente na história do Paraná como é o Oeste do Paraná, onde a iniciativa privada pelo desbravamento de seus pioneiros, andou alguns anos na frente da iniciativa pública. Se existe culpa esta não pode ser debitada apenas ao atual Governo, quando a fotografia de V. Exa. ao lado do Sr. Secretário de Saúde é testemunha da existência e presença do Governo em Cascavel e no Oeste do Paraná.

O Sr. IRIS CALDART — Vou responder ao aparte. Em primeiro lugar quero que V. Exa. mais uma vez tome uma afirmação solene, categórica e que vai ser indelével através dos poucos anos que estarei nesta Casa. Não sou político radical. Não sou político que semeia discórdia, nem que deseja a desgraça de quem quer que seja, muito menos de meus adversários.

Quando fui à Secretaria de Saúde e adverti o sr. Secretário de que Cascavel não estava incluído no plano de distribuição de medicamentos de acordo com o convenio Estado-União eu tinha razão. Fui cortemente recebido pelo Sr. Secretário de Saúde e S. Exa. incluiu imediatamente Cascavel no plano, sendo que, 43 dias depois lá apareceram os medicamentos para serem distribuídos através do Centro de Saúde local. Disse naquela oportunidade, como homem de Oposição como Deputado de Oposição que me cabia o direito e o dever de reclamar, de denunciar, quando necessário. Mas tenho imensa satisfação de aplaudir quando os nossos reclamos e nossas reivindicações forem satisfeitas. E naquele instante, estava aplaudindo o Sr. Secretário da Saúde. Mas, quando me refiro ao completo e total ausência do Governo do

Estado no Sudoeste do Estado e digo, nesta oportunidade, que o Distrito Rodoviário; em Cascavel; é totalmente ocioso, estou me referindo a um setor. E isso posso afirmar a V. Exa. e, com toda a certeza poderia até invocar o testemunho de Representantes daquela Região, porque até agora a ausência do Governo do Estado tem sido total e completa nesse setor, e também em outros. E iremos desta Tribuna, fazer outras denúncias.

Então, V. Exa. deve distinguir Secretaria da Saúde da Secretaria de Transportes. Estou abordando o problema dos transportes. Porque, estradas são vias de acesso por onde circulam as riquezas da Pátria e da Nação. E esta Pátria está combalida, com dez milhões de dólares de dívida no Exterior, está Pátria que está com o Poder Legislativo descaracterizado. Aqui nos sentimos acobalhados e envergonhados. E quando temos oportunidade de oferecer um reclamo como este, o fazemos, com ânimo no coração.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado quando V. Exa. aborda o problema das estradas, vamos citar apenas uma rodovia, porque são tantas as estradas abandonadas...

O Sr. IRIS CALDART — Só na minha Região são 1.500 quilômetros.

O Sr. Antonio Belinati — ... onde existem estradas que o Governo não dispensa a menor atenção. Hoje é fácil saber quando saímos do Estado do Paraná e entramos em Santa Catarina — Esta bem menor que o nosso — mas as suas estradas são bem conservadas. E o que o Governo do Estado do Paraná faz com o dinheiro que arrecada com o estacionamento de carros, quando sabemos que o cidadão, este ano está pagando o dobro? Esse dinheiro deveria ser usado na conservação de estradas.

Nobre Deputado vamos só citar uma rodovia, entre tantas, completamente abandonadas a Rodovia do Café, de grande importância para a economia de nosso Estado: Pois, nessa rodovia existe um trecho de 20 metros cujo asfalto foi levado pelas chuvas, em fevereiro, de 1971. Constantemente o DER está ali substituindo as placas de sinalização para alertar o perigo daquele trecho; mas não o conserta. E note esse trecho está danificado há, precisamente, dois anos e quatro meses! E isso numa estrada de tanta importância de tanto movimento! Esse descaso do DER, inclusive vem ocasionando acidentes. Mas não é só essa rodovia. As outras rodovias são inúmeras que poderíamos citar mas ficaremos apenas nesta, quando V. Exa. com tanta propriedade, com tanta riqueza de detalhes fala na sua região. Mas na nossa região também as estradas estão abandonadas.

O Sr. IRIS CALDART — Agradeço o aparte do Deputado Antônio Belinati que vem reforçar a nossa tese.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Este problema das estradas paraenses mostra bem quem é o atual Governador do Paraná. Há dias nesta mesma Casa foi dito em aparte que o Prefeito de Curitiba asfaltou mais em Curitiba do que o Governador em todo o Paraná. Disse o nobre Líder do Governo, que com sua inteligência tem procurado justificar o Governo e a administração estadual uma expressão "preparação". Realmente, disse S. Exa. que esteve no Sudoeste do Paraná acompanhando comitiva da administração estadual com o sentido de "preparação". Preparar é a palavra oficial do Governo. Preparar, mas não faz nada. É preciso que se substitua o período de preparação pelo de realização. Lamentavelmente não estamos vendo realização alguma. As estradas do Sudoeste — e invoco testemunho do Líder do Governo que as atravessa semanalmente — este ano estão piores que o ano passado. A estrada de Francisco Beltrão a rato Branco hoje possui um trânsito mais difícil do que há alguns anos atrás. Não vejo qualquer melhoria em qualquer estrada do Sudoeste no atual Governo do Estado. Está aí o Governo da "preparação". Precisamos um pouco de realização. Chega de preparar, vamos fazer alguma coisa, sobretudo no setor das rodovias. É preciso que sejam tomadas providências e que o Governo do Estado procure fazer a mesma quantidade de asfalto que o Prefeito fez na Capital.

O Sr. IRIS CALDART — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem indiscutivelmente corporificar ainda mais a tese que defendemos nesta Casa.

O Sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. IRIS CALDART — Com satisfação concedo o aparte ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, representante do Município campeão da produção de soja em nossa região.

O Sr. Leopoldo Jacomet — Estou acompanhando com vivo interesse o discurso de V. Exa. no momento em que aborda um assunto de vital importância para a região Oeste e Sudoeste do Paraná tão bem representada nesta Casa pelos companheiros Ivo Tomazoni, Candido Martins de Oliveira e Arizone Araújo. V. Exa. volta a botar a responsabilidade pelo mau estado das estradas de rodagem no Oeste do Paraná, especialmente no Oeste, sobre o Governo do Estado. Quero dizer a V. Exa. e à Casa, nobre Deputado, ou V. Exa. está mal informado ou V. Exa. não acompanha os trabalhos do Governo Parigot de Souza. Hája visto que no dia 23 do mês passado, saiu edital de concorrência pública para a conservação do trecho de estrada Cascavel - Guaira, Cascavel - Rondon. Foi publicado o edital de concorrência em todos os jornais do Estado, e se habilitaram diversas construtoras para a conservação das estradas. Concordo com V. Exa. quando diz que o DER, especialmente o distrito rodoviário de Cascavel, não tem condições de atendimento. V. Exa. tem razão. Porém não tem razão quando joga toda a responsabilidade sobre a Secretaria de Transportes, porque o edital de concorrência saiu e a firma que ganhou a concorrência já está providenciando o trabalho para o revestimento e a conservação da estrada em 180 quilômetros já especificados. Tenho a impressão que V. Exa. não está sendo bem informado ou não acompanha o trabalho da Secretaria dos Transportes.

O Sr. IRIS CALDART — Meu caro nobre Deputado, não estou jogando a culpa totalmente, exclusivamente nas costas do atual Governo do Estado. Estou responsabilizando todas as administrações. Até hoje nobre Deputado, não foi feito absolutamente nada referente ao setor rodoviário em nossa região e V. Exa. é testemunha disto. Se está sendo tomada uma providência com referência a duas ou três estradas, palmas, meus aplausos porque é possível que agora comecem a tomar conhecimento da região. Disse que, desde os primeiros seis meses do Governo Paulo Pimentel, não vai para aquela região nenhuma máquina. Não estou culpando apenas o Governo Parigot de Souza. O início da abertura de estradas talvez seja porque tomaram conhecimento que a região está colhendo mais de vinte milhões de sacas de café. Enfim, antes tarde do que nunca. Entretanto, lembro que são 1.500 quilômetros de estradas.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Cumprimento ao pelo raro brilhantismo com que trata do problema das rodovias. O diagnóstico que fez sobre as estradas de sua região serve para a minha região e quero crer que para todo o Estado, porque a situação é a mesma em todo o Estado, de calamidade pública.



Quero lembrar à Casa, neste instante, que há algum tempo atrás, não sei bem há quantos dias, — terei o cuidado de verificar posteriormente, — apresentei um Pedido de Informações ao Governo, que foi aprovado por esta Assembléia, para saber se realmente as informações recebidas extra-oficialmente tinham fundamento. Isto é, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem dava recursos ao Paraná para a conservação de rodovias, mas que não mais o fazia porque o Paraná havia utilizado em outros setores os recursos destinados para a conservação de rodovia e por esta razão o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem havia interrompido o fornecimento de recursos para o conservação de rodovias em nosso Estado.

Apresentamos um Pedido de Informações que a Casa aprovou e até o presente instante o Governo do Estado entendeu não merecesse ele resposta. Estamos aguardando-a e esperamos que, nos próximos dias, agora com a intervenção do Líder do Governo pois a ele pedimos, neste instante, possamos saber se essas informações são verídicas ou não. Muito obrigado. Mais uma vez nossos cumprimentos.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IRIS CALDART — Se V. Exa. for breve. Não consegui dizer um terço do que precisava, pois a situação está amordaçando a oposição.

O SR. IVO TOMAZONI — Meu aparte teria que ser longo porque teria que fazer justiça ao Governador do Estado, mormente porque ele, o Governador, condena as reclamações de V. Exa. e do resto da maioria dos representantes do povo.

Quando a Bancada da ARENA, nesta Casa, mais do que nunca se antecipou a V. Exa. e mudou completamente a estrutura humana da Secretaria dos Transportes, e também o Departamento de Estradas de Rodagem, trazendo para este importante órgão um homem do Oeste paranaense, ex-Prefeito de Foz do Iguaçu. Mas eu teria que me alongar neste aparte, Sr. Presidente. Peço a V. Exa. que me inscreva para falar em explicação pessoal para fazer justiça a atual Secretaria de Transportes ao Diretor do DER, que estão tomando medidas preliminares neste setor da administração.

O SR. IRIS CALDART — Não sou Deputado odiente, nem odioso. Estou apenas trazendo um retrato da Região a que acabo de me referir. V. Exa., nobre Líder do Governo, que tem andado pelo Oeste paranaense, eu o vi também há alguns meses atrás, cansado, empoeirado estourado, V. Exa. vinha de Santa Helena. Vejo o Deputado Odilon Reinhardt percorrer as estradas empoeiradas daquela Região. Vs. Exas. sabem dos inúmeros caminhões que trafegam aquelas rodovias, com prejuízos fabulosos. São 20 milhões de sacas de cereais que terão que sair de lá ainda este ano, que devem ser exportadas para se traduzirem em divisas para nossa Pátria, para ajudar a economia cambial de um País que deve 10 milhões de dólares ao Exterior. Uma situação vexatória e humilhante! Estão cruzando os mares aviões modernos para pedir créditos no Exterior, transformando-nos em pedintes de fabulosas somas de empréstimos numa situação de mendigos de nossa Pátria. Estamos, então, pedindo assistência, porque somos um Estado iminentemente agrícola. Para depois, então, pensarmos em industrialização. Temos que tirar da terra a produção agrícola para depois pensarmos em industrialização, para pensarmos em ser um Estado industrializado. E isso se faz com estradas boas, com assistência ao agricultor à lavoura. É isso que precisamos fazer, nobre Deputado.

E o meu requerimento, passo à consideração de Vs. Exas., inclusive um segundo requerimento, dirigido ao Ministério dos Transportes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Antes porém, teremos a satisfação de anunciar a presença neste Plenário da nova Miss Curitiba filha de um colega, nosso Deputado Fuad Nacli, que pretende fazer uma visita aos Srs. Deputados.

Suspendo a Sessão por 15 minutos a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar Miss Curitiba.

(E suspensão a Sessão por quinze minutos)

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos).

Está reaberta a Sessão. Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados haver recebido um convite extensivo a todos os Srs. Deputados, de Miss Curitiba, convidando-os e respectivas famílias para dia 19 de maio, às 22.00 horas, traje a passeio, no Clube Sirio Libanez onde haverá a apresentação de Miss Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23/73, que dá nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 01-08-69, na parte referente às séries de Classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/71, de autoria do Dep. Quiéise Crisóstomo da Silva que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816, de 2-3-72. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63/72, encaminhando anteprojeto de Lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no km. 156 da estrada do Cérne, no lugar denominado Es-

trada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.T.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/73, de autoria do Poder Executivo Mensagem Governamental n.º 22/73, encaminhando anteprojeto de lei, que altera artigo da lei que regula o FUNRESPOL. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/71 de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o 5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria na sede do Município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 166/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio de Comércio de Dr. Camargo, na sede do Município do mesmo nome, para funcionamento a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12 de agosto de 1971

a) — Deputado Wilson Brandão

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma iniciativa de alta contribuição para atender a reclamos imediatos de uma grande coletividade estudiosa e que se vê na contingência, para não comprometer a continuidade de seus estudos, a deslocar-se para outros Municípios, entre estes Maringá, Ivatuba, Mand'guçu, etc. Acresce, ainda, que além de sacrifícios impostos aos pais dos alunos, não raro a Prefeitura de Dr. Camargo destina, meritariamente, ajuda a respeito, com o fim de não prejudicar os alunos e seus responsáveis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 166/71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau ginásial, na forma e como especifica.

#### PARECER

O Projeto ora em exame foi elaborado na conformidade com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida Proposição não contraria qualquer preceito de ordem constitucional e legal.

Quanto a sua oportunidade convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação, desde que atendido o substitutivo geral anexo, para atender a melhor técnica legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

22) — Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Losso

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Acy José

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau ginásial, na forma e como especifica".

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 13 de outubro de 1971

22) — Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 166/71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Cria na sede do Município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1972.

#### PARECER

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimento de ensino, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de caráter financeiro.

Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em outubro de 1971

22) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruet

Santos Lima



## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

## PROJETO DE LEI N.º 166/71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Cria o Ginásio de Comércio de Dr. Camargo, na sede do Município do mesmo nome, como específica.

## PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei criar na sede do Município de Dr. Camargo, o Ginásio Comercial de Dr. Camargo, para funcionamento no ano letivo de 1972.

2.) Sendo a educação um ônus estatal, necessário e indispensável para seu desenvolvimento e progresso, somos pela aprovação do presente plano de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Yonezo Ueno, genitor do Sr. Deputado Federal Antônio Ueno. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ortega Peres. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Odair Aparício e Olívio, de 17 e 21 anos, respectivamente, filhos do Sr. Otávio Schincaiel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 19/73, 20/73 e 21/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 3/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 39/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que haja por bem determinar ao setor campestre a construção na rua Alferes Poli, defronte ao portão de acesso àquele nosocômio, de um abrigo semelhante aos adotados nos pontos terminais das linhas de ônibus. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, no sentido de que, visando um melhor atendimento ao homem do interior, determine a instalação de uma agência do INPS em cada sede de Município com população igual ou superior a 30.000 habitantes, credenciando médicos particulares para igual serviço em locais de população inferior à estipulada neste Requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, no sentido de que encontre fórmula capaz para o atendimento do INPS no interior do nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, no sentido de que venha a ser criada e instalada uma agência desse órgão, na sede do distrito de Vera Cruz D'Oeste, município de Céu Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex, ao Sr. Presidente do Banco Nacional da Habitação, indagando quais as últimas instruções daquele Banco, com respeito à aquisição de casas populares financiadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Telégrafos, no sentido de que seja implantada a rede telefônica nas cidades de Terra Rica e Maria Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Governo do Estado, sobre o aumento ao funcionalismo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministros dos Transportes, ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido de que sejam determinadas providências objetivas, concretas e necessárias, visando melhor conservação das estradas na região Oeste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, devidamente apoiado, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Indústria e Comércio, e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, visando a sigla do IBC, com a transferência de toda a sua rede armazenadora para a Cibrazen, assim como de todo o corpo de funcionários que atua neste setor. — **Aprovado.**

Concedo a palavra, para Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, invoco o Artigo 172, do Regimento Interno, para, em dez minutos, tecer considerações em torno do pronunciamento aqui proferido pelo Sr. Deputado Iris Caldart, representante da Região Oeste e Sudoeste. E o fago por um dever de justiça. S. Exa., o nobre Deputado, reclama a ausência do Estado no setor rodoviário daquela rica e próspera região de nosso Estado. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, os homens que temos estado diuturnamente, com os homens que fazem governo no Estado do Paraná, temos o dever, em oportunidade igual a esta, de vir a público para dizer das providências tomadas pelo Governo do Estado, na urgência de determinar a assistência aos setores ainda carentes de atendimento. E não seríamos, Srs. Deputados, dignos representantes da nossa gente, e não estaríamos plenamente entrosados com o Governo do Professor Parigot de Souza, se não testemunhassemos, aqui, a ação governamental de S. Exa. no sentido de dar, ao Oeste e ao Sudoeste, providências capazes de, a curto prazo, devolverem àquela população obras e serviços à altura de impulsionar o progresso do Paraná. Havia dito ao nobre Deputado Iris Caldart, que o Sr. Governador do Estado atendendo aos reclamos dos Deputados da ARENA, houve por bem reformular as chefias do setor de Transportes de seu Governo e

substituiu um paranaense ilustre, mas que não se houve bem à frente da Secretaria dos Transportes. E para dinamizar aquele setor S. Exa. foi buscar a figura do homem identificado com os problemas paranaenses e para lá levou o coronel Cássio de Paula Freitas para dar novo ritmo àquele importante setor da administração pública. Levou para o DER talvez como uma homenagem ao Oeste paranaense, o Coronel Sabino, ex-Prefeito de Foz do Iguaçu.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Infelizmente, de acordo com o Regimento Interno, Artigo 172, combinado com o Artigo 78, inciso 6.º, se não me falha a memória, não é permitido a concessão de aparte, em Explicação Pessoal.

Mas, pretendia dizer a V. Exa. que o Sr. Governador do Estado, tendo nomeado novos titulares para a Secretaria dos Transportes e para o Departamento de Estradas de Rodagem adotou providências que entendemos capazes de, a curto prazo, resolverem o problema primário referente ao escoamento das novas safras.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — Creio que o Deputado está equivocando em várias formas na Tribuna. Em primeiro lugar, no que diz respeito...

O SR. IVO TOMAZONI — Pede a palavra para falar no encaminhamento da votação e agora estou falando em Explicação Pessoal.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — Inicialmente acabou de confessar que tem privado diariamente ao lado do Governo e portanto tem condições de dizer o que o Governo vem fazendo por estas terras. Já transcorreu um ano e meio do Governo Parigot de Souza e o que foi feito no setor de estradas?

O SR. IVO TOMAZONI — Dizia desta Tribuna, quando da interrupção feita por V. Exa., que o Governador do Estado substituiu o Secretário dos Transportes e também o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem por ter, naturalmente, observado que aquele setor a sua administração estava emperrado. Ninguém mais do que os Srs. Deputados da Arena reclamavam diariamente a falta de maior empenho daquelas autoridades no setor rodoviário, na melhoria, na construção de novas rodovias para escoamento da produção.

Houve a substituição e entendemos agora o porque. Porque o Governo do Estado assessorado por sangue novo naquele setor houve por bem significar uma coisa: se o Governo do Estado tivesse agora que licitar a aquisição de maquinário suficiente e necessário para o equipamento de nossos distritos rodoviários levaríamos, até a expedição dos editais, até a aprovação da concorrência pública, até a aquisição de recursos necessários para esses equipamentos, por certo, cerca de oito a doze meses no mínimo. O Governo do Estado saiu para uma solução que aplaudimos.

Por isto vim à Tribuna, para dizer que, pela primeira vez no Estado, o Governo procurou resolver o problema do escoamento da safra maravilhosa de cereais que nossa região está produzindo. Em razão disto houve o Governo por bem licitar a conservação e a melhoria das rodovias existentes principalmente no Oeste paranaense. Feita a concorrência foram entregues inúmeras rodovias que ligam Cascavel-Guaíra, Cascavel-Nova Aurora, Cascavel a outras cidades num total de 180 quilômetros de estradas vicinais a uma das firmas que deve estar iniciando o revestimento primário para a melhoria e a conservação daquelas rodovias dada pelo Governo às firmas particulares desde que o Governo observou que seus distritos rodoviários não têm como disse o nobre Deputado Iris Caldart, capacidade para com as máquinas próprias fazer esta conservação. E veja, que há menos de 30 dias, estamos com um novo Secretário de Transportes à frente daquela Pasta, e eu iria além para dizer que este Secretário de Transportes e o Sr. Diretor do DER submeteram ao Governo do Estado, que aprovou, o plano de obras para a região Oeste e Sudoeste do Estado. Tenho que afirmar a bem da verdade, que já foram licitados os projetos de viabilidade econômica, e os projetos também de implantação, de estradas importantes, como aquelas que demandam de União da Vitória a Gal. Carneiro. Do ponto mais favorável de Gal. Carneiro a Pato Branco, passando por Palmas, Clevelândia, Mariópolis. E o Governo deu prioridade para o asfaltamento da estrada que liga Pato Branco a Francisco Beltrão, que mandou dinamizar e tem recursos à disposição para que se termine as obras de arte no trecho Pato Branco a Francisco Beltrão na estrada já implantada sobre os Rios Caçador, Vitorino, Forquilha e sobre o Marmeleiro. Para dizer também que o Governo do Estado já determinou fosse transformada de 3.a para 1.a categoria, a ligação que já está licitada do Projeto de viabilidade, da ligação Francisco Beltrão — Capanema, passando por Ampere, St. Isabel, Realeza, Planalto e Capanema, mas que também determinou já licitação e as propostas já foram apresentadas e serão julgadas no decorrer desta semana, da estrada que vai ligar Realeza, Salto do Lontra, Santa Isabel, Dois Vizinhos e de Dois Vizinhos a São Jorge do Oeste, São João. Chopinzinho e BR 173. Nós temos que ser justos ao menos com um homem que está determinando agora, imediatas providências para a reconstrução da Ponte sobre o Rio Iguaçu no Foz do Chopim. E dos Planos consta também a ponte ligando São João a Laranjeiras do Sul.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, informa ao Nobre orador, que falta um minuto para concluir.

O SR. IVO TOMAZONI — Requeiro a V.Exa. mais 15 minutos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. IVO TOMAZONI — Mas tenho a dizer que o governo determinou que do plano constasse uma obra de arte também extraordinária ligando São João a Laranjeiras do Sul, a estrada Pato Branco a Itaipava. Que o Governo do Estado está lutando pela estrada que o DER vai construir no sentido de Coronel Vivida a Marmeleiros-Barracão. Mas também Coronel Vivida a Campo Erê. Que está fazendo em Pato Branco, um levantamento no sentido do asfalto Pato Branco-Maravilha, para encontrar a estrada da Produção. Isto num plano para o qual o Banco Mundial já determinou que tem recursos para o Estado, que tem crédito. Num governo que já pagou mais dívidas do que jamais se poderia supor, tivesse a capacidade de amortização dos compromissos assumidos pelos Governos anteriores. Mas temos que afirmar, se vai urgenciar a ligação asfáltica Cascavel-Toledo, a ligação Cascavel — Campo Mourão, a luta que se faz pela ligação da Estrada do Parque na região Oeste-Sudoeste paranaense, depois que conseguiram os Deputados da ARENA aqui, na Secretaria dos Transportes dois tratores que, hoje, estão revestindo a Estrada do Parque. E tantas outras estradas que estão incluídas no plano e que haverão de receber recursos, porque determinações urgentes foram tomadas e as obras de arte estão sendo construídas em ritmo acelerado. É preciso que se diga que o Governador já licitou as ligações Cascavel — Guaíra; Cascavel—Nova Aurora e, ainda, Cascavel—Corbélia, e já foram licitadas para também, determinar, a Companhia construtora, as melhorias necessárias. Agora, não entendemos porque não confessarmos que o Sudoeste, há trinta anos, já estava a reclamar providências que o Governo agora determina. Não seria, nobre Deputado da Oposição, para nós, homens do Governo, humano até, que



deixássemos, nos termos em que o requerimento foi elaborado e no tom em que o discurso foi proferido, que assistíssemos, que ouvíssemos, sem ao menos ter a coragem de vir aqui e proclamar que o Governador está fazendo o possível para que o Sudoeste tenha, a partir de agora, como também já teve em alguns governos passados — algumas ligações importantes. Basta lembrar a importância que tem a estrada Três Pinheiros—Pato Branco, feita também por um Governo da ARENA. E também muito lutamos para a integração de Francisco Beltrão-Capanema, de Barracão-Capanema e, proximamente Barracão irá ter ligação asfáltica com Missões, e Missões até Buenos Ayres.

O que eu quero lembrar, Srs. Deputados, é que o Sr. Governador está preocupado com o Sudoeste. Inclusive, Prefeitos do MDB, discutiram o Plano Rodoviário Estadual e aplaudiram as determinações tomadas pelo Governo do Estado para não permitir a estagnação de seu Governo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V.Exa. me deixou tão otimista que, há um mês que não vou ao Sudoeste, e parece que as estradas, nesses 30 dias, mudaram bastante. Parece que construíram uma série de obras novas. E pela descrição que V. Exa. faz, eu me sinto até humilhado por ter atacado o Governo, porque desconhecia as obras maravilhosas que existem em nossa região. Porque, aquelas estradas que tenho percorrido sistematicamente são as piores do Estado do Paraná. V.Exa. na tentativa de elogiar o Governo do Estado cita até o fato do mesmo ter autorizado a construção da ponte de Foz do Chopim, como se tal fato fosse merecedor de elogios. Porque, houve, por parte do Governo, omissão, houve descaso, e o que há é o seguinte:

Há dois anos este Governo está parado em termos de Sudoeste. Agora, tomou um assunto, discute um plano referente a construção de estradas. O Governo Paulo Pimentel iniciou e concluiu a construção da rodovia Tres Pinheiros-Pato Branco em tempo recorde. Vou pedir as nossas taquigráficas e V.Exa. está dizendo isto na presença de várias pessoas que aqui se encontram para parecer que o Sudoeste está há mil maravilhas. Isto não ocorre, em absoluto.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou tomar a palavra de volta porque S.Exa. está querendo modificar o que disse aqui.

Conheço o plano de obras do Governo do Estado no setor de rodovias, em especial na região que V.Exa. representa comigo nesta Casa. Não afirmel aqui que tenha, em momento algum, me dado por satisfeito pelas condições em que estão hoje, atualmente, as estradas do Sudoeste.

V.Exa. sabe que os companheiros de V.Exa. de Francisco Beltrão são os primeiros a elogiarem a atuação do engenheiro chefe do Distrito Rodoviário sediado em Francisco Beltrão. Tenho ouvido a emissora de lá dizendo que o Chefe do Distrito Rodoviário tem melhorado sensivelmente a condições das estradas. V.Exa. está de acordo mas diz o que lhe convém particularmente. O que temos que ser é honesto e coerentes em nossas afirmações. Fala-se na destruição de uma ponte. Digo aqui que é uma ponte particular, de propriedade da Copel que liga um campo de trabalho com outro campo de trabalho da Usina Chopim II com a Usina de Salto Osório. O Governo tomou sob sua responsabilidade e a incluiu no setor do DER.

O Sr. Iris Caldart — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pediria, com humildade, que V.Exa. retomasse a absoluta serenidade.

O SR. IVO TOMAZONI — Atenderei o seu pedido.

O Sr. Iris Caldart — É natural, é muito próprio o debate tendo em vista o interesse e o amor que temos a determinadas causas e porque não dizer que nossas grandes paixões são os problemas das regiões que representam. Eles nos empolgam e os trazemos aqui para esta Casa.

O SR. IVO TOMAZONI — São problemas momentosos e importantes.

O Sr. Iris Caldart — Na minha região existem 20 Municípios interligados por estradas vicinais. Desde que estou, naquela região, andando de Comarca em Comarca, de sítio em sítio, de cidade em cidade tenho sofrido na carne a falta de estradas. Devo dizer e reconhecer que estamos numa região nova, região que explode extraordinariamente e, consequentemente, os problemas se avolumam.

Quero parabenizar-me com V.Exa., com o Secretário dos Transportes, com o Sr. Diretor Geral do DER, pessoa que conheço, sei capaz e honesto. O meu objetivo não foi transformar o problema numa polêmica ou num distanciamento entre os Srs. Deputados.

Fui, isso sim, evidenciando no momento porque confesso fiquei enciumado quando vi que o Secretário dos Transportes foi a Francisco Beltrão fez mesa redonda com os Prefeitos e com os Srs. Deputados daquela região. Gostaria, é um dos objetivos meus, que o Sr. Diretor do DER, meu amigo particular, fosse a Cascavel e até me desse o prazer de andar comigo por aquela cidade, por aquelas inter-ligações. Teria ainda prazer de mostrar uma ponte que está caída há dois anos e meio, e que interrompe o trânsito entre o tráfego de uma estrada que faz ligação entre um Município e outros e outras fechadas etc. Eu não quero, por favor, polemizar tanto o assunto, gostaria isto sim, que fosse transformado em luta construtiva para que possamos vir à Tribuna, aplaudir o Sr. Secretário dos Transportes, aplaudir o Sr. Diretor do DER, como tive a coragem de fazer com o Sr. Secretário de Saúde.

Parabenizo-me com estes planos e com estas iniciativas, e V.Exa. seja o portador do meu grande abraço ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DER, que os espero em Cascavel e no Oeste do Paraná. Era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Apenas para dizer que não havia absolutamente necessidade do Deputado Iris Caldart se preocupar com as relações de amizade, de carinho fraterno, que eu e o Deputado Sebastião Rodrigues cultivamos há longos tempos.

Sempre litigamos em campos opostos, mas em momento algum, deixamos que a posição de cada um pudesse influenciar de leve na amizade e respeito em que nos mantemos, que é recíproco.

Mas tenho que desafiar o Deputado, que se afirme aqui, que uma saca sequer do produto, do esforço da gente do Sudoeste pereceu por falta de condições de escoamento. Dá-me a impressão, pelas palavras dos Deputados da Oposição que no Estado do Paraná estamos a viver um Estado de calamidade pública por falta de estradas.

Mas não se tem conhecimento que nenhuma, por menor que seja a porção do nosso cereal, não tenha tido condições de escoamento para os centros consumidores ou para os setores de armazenamento. Quero fazer justiça ao Governo do Estado, se não temos aquelas condições que almejamos, seja de termos estradas asfaltadas cortando todos os rincões paranaenses, mas sejamos honestos, em afirmar que o Governo está fazendo o possível com o pouco que tem, para dar condições de escoamento. E contra isto que eu me rebelo. O simples fato do Secretário dos Transportes com o Diretor do DER, permitir-se a discussão em mesa redonda com mais de 20 Prefeitos da região, da ARENA e do MDB, discutindo a reformulação de um plano de governo

no setor de estradas, isto só, significa a boa intenção de um governo que trabalha em prol do desenvolvimento de nosso Estado. Era a justiça que na, para evitar-se de agora em diante, que se procure dizer de um governo na, para evitar-se de agora em diante, que se procure dizer de um governo probo, honesto, trabalhador incansável, coisas que estão além da imaginação daqueles que possam pretender imaginar sequer que ele não é o paranaense, que ele não é o brasileiro, que ele não é o patriota que tem sido; que não tem devotado todos os minutos da sua vida para dar ao Paraná um Governo de realizações, mas um Governo que tenha propiciado ao Paraná o crédito que tem. Que tenha dado ao Paraná esta condição maravilhosa de potencial econômico, que haverá de aplicar em benefício da nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domicio Scaramella, em explicação pessoal.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, e o número reduzido de Srs. Deputados, — e eu faço um apelo para que não se retirem do Plenário, com muito prazer ouvimos o ilustre e brilhante pronunciamento do Líder, um dos líderes do Sudoeste do Paraná, nosso amigo, Deputado Ivo Tomazoni.

Quero lembrar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que há mais de 2 anos que esta Casa autorizou ao Sr. Governador do Estado que adquirisse um empréstimo para a aquisição de máquinas. Infelizmente não foi adquirido este equipamento para o Departamento de Estradas de Rodagem. Para surpresa nossa ouvimos hoje o pronunciamento do ilustre Deputado Ivo Tomazoni, quando disse que o Governador do Estado precisava de firmas particulares para a conservação de Estradas do nosso Estado do Paraná. É lamentável isto, porque irá onerar grandemente os cofres públicos do Estado e ainda mais, perguntaria ao nosso ilustre Deputado Ivo Tomazoni, o que vai fazer o DER no Estado do Paraná? Vai unicamente fiscalizar estas obras? Lamentamos nós que não fossem no início, adquiridas aquelas máquinas, cujo empréstimo foi autorizado pela Assembleia Legislativa. Fico satisfeito quando o Deputado Ivo Tomazoni fala nas estradas do Sul do nosso Estado. Estrada esta que demanda de União da Vitória ao Sudoeste e, lembro a V.Exa. o Deputado Ivo Tomazoni e a S.Exa. o Deputado Cândido Martins de Oliveira que percorreram diversas vezes aquelas estradas; hoje, graças a Deus, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem já iniciou a estrada que demanda de União da Vitória a Erechim, no Rio Grande do Sul. A BR-153 e, se Deus quiser, também o Governo federal irá iniciar a BR-280 que demandará do entroncamento do horizonte com a BR-153, que demanda ao Sudoeste do Estado. Quero congratular-me com V.Exa. Deputado Ivo Tomazoni, porque todos os esclarecimentos que V.Exa. deu nesta Casa, não menosprezando os Deputados do MDB que hoje levantaram a questão, acho que não há oportunidade melhor do que essa para o diálogo de Deputados representantes do povo. Mas é preciso que também reconheçamos que nestes dois anos de Governo, o Estado parou, não só no setor de estradas mas na minha região está parado completamente, até a data de hoje.

Quero lembrar a VV.Exas. e dizer aos representantes da Aliança Renovadora Nacional, que faça apelo ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER que inclua nesta conservação as estradas de União da Vitória a Bituruna; de União da Vitória a Cruz Machado. Não vamos nos esquecer também e quero só lembrar o estado de barbaridade destas estradas; vamos conservar as que já existem. E por incrível que pareça na estrada que demanda de União da Vitória a Bituruna, ainda existem galhotas transportadas por seres humanos.

Quero dizer a VV.Exas. neste instante, embora o número de Deputados seja reduzido, mas que teria o prazer que V.Exa. nos acompanhassem, breve, naturalmente, num curto espaço de tempo, porque, pelo que S.Exa. o Deputado Ivo Tomazoni afirmou nesta Casa, dentro de poucos dias não haverá mais problemas de estradas. Não voltaremos mais a esta Tribuna, só voltaremos para nos congratularmos com o Governador do Estado. Quero fazer apelo a V.Exa. e a todos os Deputados da Aliança Renovadora Nacional, que apelem a S.Exa. o novo Secretário dos Transportes e ao novo Diretor do DER para incluir as estradas subordinadas ao 4.º distrito, de União da Vitória, para que assim, amanhã, possamos também transitar naquelas estradas com menos sacrifício.

Quero informar a VV.Exas. que para ir a Bituruna em dias chuvosos, ainda usamos os veículos com tração nas quatro rodas.

O Sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Domicio Scaramella, assistimos, aqui, debates acalorados, onde os Deputados da ARENA e do MDB se defrontaram na discussão de suas teses, mas visando, sobretudo, o bem estar da Região Oeste e Sudoeste, enfim, do próprio Estado do Paraná. E se há ausência, ou não, de Governo, nos vários setores da administração. Gostaríamos de afirmar que o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, professor de hidráulica, possivelmente se adaptaria melhor como médico. Porque estamos precisamente com um ano e meio de governo, e S.Exa. já apresentou um diagnóstico para o Paraná e, agora, está providenciando estudos sobre os efeitos desse diagnóstico. Então, se conclui que o Paraná está doente em matéria de obras. E tenho a impressão de que não seria necessário que o Governo confeccionasse o diagnóstico para chegar à conclusão da carência de obras em todo o Estado do Paraná e, agora, encomendando um estudo sobre os efeitos do diagnóstico. E, como dissemos, se S.Exa. fosse médico se sairia muito melhor.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Quero deixar, aqui, um lembrete ao nobre Deputado Ivo Tomazoni: estamos votando, hoje, e com muito prazer, uma Mensagem enviada pelo Sr. Governador do Estado, a esta Casa e que leva o número 37-73, que altera artigo da lei que regula o FUNRESPOL. E, há poucos dias, ouvimos um pronunciamento do nobre Deputado Quielise Crisóstomo, com referência à modificação que sofrerá a Lei n.º 6.102. E com esse novo projeto, as verbas do FUNRESPOL foram estendidas à Secretaria de Segurança a fim de se melhorar os edifícios das Delegacias de Polícia do Estado. Porque, pelo menos em minha região, as Delegacias todas necessitam de melhorias. E as Prefeituras de minha região estão dispendendo importâncias muito grandes para essas melhorias. E o nobre Deputado Quielise Crisóstomo referindo-se a essa iniciativa, disse que ela é muito grande, porque, inclusive, prevê a aquisição de máquinas de escrever, equipamentos rodoviários, veículos, móveis etc. Quero deixar aqui o esclarecimento de que nem só de veículos, máquinas, móveis e utensílios, necessitam também, as Delegacias, de reformas, porque muitas delas estão caindo. Isso verificamos em Palmas, Barracão, União da Vitória, Cruz Machado, que são as Delegacias de minha região e que eu conheço.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V.Exa. permite um aparte?

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Vou conceder o aparte a V.Exa. So lamento que o Governo do Estado precise de firma particular para conservar as estradas do Paraná quando tem o Departamento de Estradas de Ro-



dagem que é o órgão estadual encarregado deste setor e que, há muito tempo, apesar da falta de maquinário vem conservando as estradas do Estado. A Assembleia Legislativa votou no Orçamento verba para a aquisição de equipamento e não sei porque não foi adquirido.

Tenho a impressão que se isto continuar, no prazo de alguns anos, o Governo não vai mais precisar desse órgão porque irá dar empreitadas a firmas particulares. Concedo o aparte ao líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira.

**O Sr. Cândido Martins de Oliveira** — Agradeço e congratulo-me pelo pronunciamento que está fazendo e pelas reivindicações que apresenta.

Apenas com relação a questão que levanta de deferimento dessas estradas para conservação por firmas particulares, o ponto de vista pode ser respeitável mas, tenho a certeza que o Governo jamais adotaria esta medida se não fosse a mais correta, a mais racional e a mais rápida.

Com relação ao aparte do Deputado Antonio Belinati, este o verdadeiro motivo da intervenção, gostaria de dizer que o nobre Deputado é pródigo em adiantar providências imaginosas que o Governo do Estado estaria adotando.

Foi S.Exa. que, há questão de alguns meses trouxe ao conhecimento da Casa que se preparava ou se estudava um aumento de 6% para o funcionalismo público. S.Exa. tirou esta acertiva de sua fértil imaginação e vem agora, à Casa e informa que, após o diagnóstico, o Governo está contratando ou contratará uma firma para fazer pós-diagnóstico dos problemas do Paraná. S.Exa. traz, com tranquilidade incrível, informações da mais alta responsabilidade a esta Casa como fez o Deputado Alvaro Dias quando trouxe a informação de que a Cerfal havia criticado o Governo do Estado por falta de planificação como trouxe hoje que o Ministério dos Transportes não daria mais verbas para a conservação das estradas em relação ao Paraná.

São informações gratuitas que os eminentes Deputados oposicionistas trazem a esta Casa e confundem a opinião pública, deixam a opinião pública perplexa e não têm fundo de veracidade ou verdade.

O Deputado Ivo Tomazoni esclareceu brilhantemente o programa de transportes e aquilo que a Secretaria de Transportes está fazendo, vem fazendo no Sudoeste e no Oeste do Paraná o Deputado Sebastião Rodrigues haverá, para gaudir nosso, de estar ao nosso lado na inauguração dessas estradas, que sei é a aspiração de S.Exa. e a aspiração de todos os homens do MDB, ao final do mandato do Governador Parigot de Souza.

**O SR. PRESIDENTE** — Lembro ao nobre orador que resta apenas um minuto para terminar a sua oração.

**O SR. DOMICIO SCARAMELLA** — Agradeço o aparte e lamento que, amanhã se isto for provado, sejamos obrigados a apresentar um requerimento solicitando a extinção do DER.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, já que pedi que permanecessem no Plenário a fim de ouvir este humilde pronunciamento para que também se inscrevessem em explicação pessoal para que, num diálogo como este, estaremos aqui procurando resolver os problemas do nosso Estado. Porque é do diálogo que nasce a iniciativa. Agradeço a permanência de V.V. Exas. por mais alguns minutos para ouvir este meu modesto esclarecimento. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concederei todos os apartes que havia solicitado ao Deputado Domicio Scaramella.

Mas um motivo da mais significativa importância para mim, traz-me a esta Tribuna.

Tenho pelo Deputado Ivo Tomazoni, além do respeito natural que se deve a ele, afinal de contas, é merecedor dele, se deve a todo o ser humano. Tenho por ele também razões de ordem afetiva que me ligam ao nobre parlamentar.

Entretanto, S.Exa. afirmou, da Tribuna, de que nós necessitamos de ser honestos. É a honestidade, sobretudo, que me conduz à Tribuna. Porque precisamos de fato ser honestos. Ser honestos não é conversar, não é proclamar, não é afirmar graciosamente, pensando que o tempo apaga as palavras, que elas já não têm eco para o futuro. Ainda me lembro, Srs., recentemente, se criou uma Universidade em Pato Branco, uma bela Universidade. Tantas Faculdades foram criadas no papel, na palavra dos políticos, ras promessas graciosas. Onde está a Universidade, nobre Deputado, a Universidade de que tenho a gravação das palavras de V.Exa., exaltando esta Universidade. Onde está ela Excelência?

**O Sr. Ivo Tomazoni** — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V.Exa. não sei, se vai me provocar, V.Exa. entrou num terreno completamente diferente, que vai levar o troco, Deputado.

Existe um Conselho em Pato Branco, eleito pela comunidade. Uma lei que criou a Fundação Educacional de Pato Branco composto por eleitores meus e eleitores de V.Exa.. Foi um movimento de opinião pública patobranquense, todo ele desenvolvido com a melhor das intenções e V.Exa. sabe disso. Porque os companheiros de V.Exa. participam do Conselho e até hoje, ninguém se demitiu. Eu posso nominá-lo se V.Exa. quiser. Foi uma Câmara de Vereadores que votou uma lei com os Vereadores do MDB, emprestando-lhe total apoio. E foram os Vereadores do MDB que fizeram os pronunciamentos de apoio a aquele movimento, que se no Conselho Federal de Educação não mereceu a análise porque constituindo-se em Fundação Pública não particular, deveria merecer antes o voto do Conselho Estadual de Educação. Sabe V.Exa. que o processo deu entrada aqui, não foi absolutamente arquivado, tem um parecer que lhe possibilitará num futuro próximo a sua aprovação. Está sendo reformulado o processo que deverá ser sucesso. Porque se não teve sucesso a pretendida instalação da Faculdade, como o apêndice da Fundação Educacional D. Carlos, de Palmas haverá de tê-lo. V.Exa. sabe que o movimento não é meu, nunca pretendi o paternalismo de um movimento a que eu nem V.Exa. teve a coragem de se opor em instante algum, quando do seu desenvolvimento. E vem agora V.Exa. da Tribuna, me cobrar a paternidade. E se V.Exa. quiser me infundir paternidade posso, quem sabem, dizer a V.Exa., que jamais poderei ser patrono de um movimento que não foi meu, tanto quanto foi de V.Exa., porque nele estão agregados eleitores meus e de V.Exa.. Era a resposta que me cabia dar a V.Exa.

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — Fico satisfeito com o aparte que V.Exa. pronunciou.

V.Exa. teve toda a oportunidade; quero dizer a V.Exa. que o movimento foi produzido totalmente por lideranças ligadas a V.Exa. foi um movimento

de cunho nitidamente político e hoje lamentavelmente eu concluo isto. E se toquei no aspecto da Universidade é justamente para mostrar que com esta Universidade, tudo o mais tem sido no Sudoeste, palavras vãs. Estradas não existem. Apenas quando V.Exa. vem para esta Tribuna cumpre uma difícil missão, a de falar ao mesmo tempo agradável ao Governador e ao povo, já que o Governador e povo hoje neste Estado não combinam, já que não têm eles diálogo entre si. É uma missão difícil para V.Exa..

**O Sr. Ivo Tomazoni** — Não é difícil, é agradável.

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — Não existe, é lamentável, este programa de estradas que V.Exa. se referiu; é apenas papel. Porque há dois anos que este Governo está aí, nem um milímetro de estradas foi feito no sudoeste V.Exa. sabe disto. Ainda na campanha política da sucessão municipal, V.Exa. ia para os microfones de Pato Branco, proclamar palavras que V.Exa. dizia serem do Governador Parigot de Souza, de que até junho se iniciaria o asfaltamento da estrada de Pato Branco a Francisco Beltrão. Nós temos a gravação Excelência.

**O Sr. Ivo Tomazoni** — V.Exa. nega que a estrada Pato Branco Francisco Beltrão, está concluída?

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — Temos a gravação com as palavras de V.Exa. que usa a boa vontade do povo, que vive proclamando incessantemente.

**O Sr. Ivo Tomazoni** — Pato Branco a Francisco Beltrão está concluída.

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — V.Exa. me causou a palavra e eu não quero cometer a mesma descortesia com V.Exa..

**O Sr. Ivo Tomazoni** — (Pela ordem) Sr. Presidente, desde que isso se transformou em provocação pessoal, peço a V.Exa. a verificação de quorum para continuação da sessão. Jamais eu faria isto, mas não aceito provocação. Requeiro agora, neste instante, a verificação de "quorum".

**O SR. PRESIDENTE** — Esclareço ao nobre Deputado que os apartes na forma do Regimento devem ser solicitados. Está com a palavra o nobre Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

**O SR. IVO TOMAZONI** — (Pela ordem) Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, solicito de V.Exa. a verificação de "quorum".

**O SR. ANTONIO BELINATI** — (Pela ordem) — Sr. Presidente, estamos em "Explicação Pessoal" e não estamos votando matéria nenhuma. Não haverá necessidade de quorum para Explicação Pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** — Conforme o Requerimento do Deputado Ivo Tomazoni, determino ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. 1.º SECRETÁRIO** — Proceda à chamada nominal).

**O SR. PRESIDENTE** — Responderam a chamada 18 Srs. Deputados. Havendo "quorum" para o prosseguimento da sessão e antes de devolver a palavra ao Deputado Sebastião Rodrigues, permito-me acentuar uma vez mais ao douto Plenário que os apartes devem ser solicitados e somente ser concedidos pelo orador deverão ser proferidos. Com a palavra o Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Confesso que não gostaria de ter vivido este melancólico final de tarde, porque existem certos gestos que identificam a formação de uma pessoa. Pela primeira vez vejo nesta Casa tentar-se cassar a palavra de um Deputado usando de um artifício regimental, sobretudo a um Deputado que ouviu o orador que quer cassar-lhe a palavra, durante os trinta minutos a que tem direito numa Tribuna. Ouviu dele, com atenção, palavras ásperas e veio à Tribuna para dar a resposta devida. É um fato que lamento e que jamais esperava, sinceramente, ter de vivê-lo nesta Casa. Um espetáculo que, confesso, me deprime, porque a medida emana de quem, eu não esperava fosse capaz de apelar para tanto.

Primeiramente tentou negar-me apartes, dizendo que em Explicação Pessoal não são permitidos apartes, citando falsamente o Regimento Interno da Assembleia.

Posteriormente, quando eu apartava, cortou-me a palavra e quando quis fazer o mesmo com ele apelou à Presidência no sentido de que se verificasse o "quorum" e se extinguisse a sessão para que o Deputado não pudesse usar da Tribuna e falar neste final de tarde.

É lamentável, Sr. Presidente, e eu registro nos Anais desta Casa este episódio que, sinceramente, jamais admitiria pudesse ocorrer nesta Casa.

**O Sr. Ivo Tomazoni** — V.Exa. permite um aparte?

**O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR.** — Tem V.Exa., nobre Deputado Ivo Tomazoni, o aparte. Jamais deixaria V.Exa. sem a oportunidade de falar. Jamais praticaria com V.Exa. o ato que quis praticar comigo.

**O Sr. Ivo Tomazoni** — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero crer que infelizmente nós vamos interromper hoje uma longa vivência amiga e fraterna que sempre soubemos manter. V.Exa. sabe perfeitamente que eu me havia permitido a liberdade de solicitar da Presidência da Casa a oportunidade de fazer o encaminhamento da votação do requerimento do Sr. Deputado Iris Caldart. Inadvertidamente, eu, na oportunidade, não o fiz e voltei à Tribuna para falar em Explicação Pessoal. Havia anotado dispositivo regimental do que me era facultado usufruir do Regimento Interno, desta Tribuna, quando V.Exa. pretendeu me apartear e confessei desta Tribuna que havia me equivocado, por pensar que estava falando no encaminhamento de votação e me penitencie da Tribuna. V.Exa. volta a fazer menção a aquele meu engano, como se fora pretensa, manifesta vontade não lhe conceder o aparte. Posteriormente, concedi o aparte respeitosa-mente à V.Exa., quando advertido de que estava com o tempo se esgotando. Eu me permiti a devolver-lhe a faculdade de continuar no meu arrazoado desta Tribuna, porque V.Exa. estava, nobre Deputado, pretendendo também afirmar que eu me havia permitido dizer que o Governo havia feito tudo no Sudoeste, quando não é verdade, ele estava dando o que do plano de obras consta para aquela região. V.Exa. volta à Tribuna no intuito de provocação, nobre Deputado, fala de um assunto completamente estranho ao tratado hoje. V.Exa. terá oportunidade de me apartear quantas vezes quiser no Grande Expediente de amanhã, para o qual já estou inscrito. Voltarei a esta Tribuna, mas por favor, faça com que nosso diálogo regimental, respeitoso, continue. Usei não de um artifício, mas do direito regimental da verificação de quorum, para evitar que V.Exa. dessa Tribuna, não me permitisse o tempo necessário, para falar num assunto completamente diferente daquele enfocado hoje e consequência também da presença de V.Exa. na Tribuna. Era só o que tinha a dizer, V.Exa. continuará a falar, não o apartarei mais, mas fique certo, a provocação de V.Exa., me imputando responsabilidade naquilo que eu não tenho, V.Exa. conhece a origem do movimento da Fundepar



no seu Município que é o meu. Isso haverá de ficar marcado, nobre Deputado e nós haveremos de nos tratar aqui, exclusivamente como Deputados que somos. Além disso, eu me permito considerá-lo, Sr. Deputado, como "Sr. Deputado" — respeitosamente o tratarei aqui — da Oposição, e nada além disso, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Os Anais da Casa guardam a sequência da disposição do nobre Deputado Ivo Tomazoni que lamento profundamente para comigo.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao orador que tem 1 minuto para terminar.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Solicito prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Concedida.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Registro lamentavelmente essa sequência do procedimento do Deputado Ivo Tomazoni, de chegar ao ponto de manifestar a sua disposição de romper relações comigo. Lamento porque há quase que um passado de grande admiração que me ligava a S.Exa. e aprendi, no convívio do Sudoeste do Paraná a admirá-lo, a respeitá-lo e se ele se der o direito de ofender-se comigo, não me dá a oportunidade de responder-lhe, pois S.Exa. é que desta Tribuna dizia nesta tarde, que nós deveríamos ser honestos, como se eu não o fora.

O Sr. Ivo Tomazoni — Nas afirmações.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Isso não é provocação, Excelência. Foi o motivo principal que me trouxe à Tribuna. Não fora a afirmação do Deputado Tomazoni com referência ao aspecto moral, de honestidade, eu não estaria nesta Tribuna. O diálogo sobre estradas prosseguiria outro dia, afinal a tarde já se vai findando, mas aquela referência específica ao aspecto honestidade, não poderia deixar que constasse dos Anais sem que viesse à Tribuna dar-lhe a devida resposta.

V.Exa., lamentavelmente para mim, consigno isso, viveu uma tarde das mais infelizes.

O Sr. Iris Caldart — ... Quero lembrar a V. Exa., nobre Deputado Ivo Tomazoni, que naquelas verdadeiras batalhas em que nos empenhávamos, prevaência, acima de tudo, o civismo, e, em muitas, eu tive a oportunidade de ganhar de V. Exa., mas também tive oportunidade de sofrer uma derrota tremenda que, inclusive, acabou comigo economicamente. E, V. Exa. deve estar lembrado, que nessa ocasião, saí de Pato Branco, sem um vintém, numa situação tremenda e fui iniciar vida nova em novas plagas. Mas, saí sem ódio no coração. E, não obstante tudo aquilo, nós tivemos o ensejo, a oportunidade de consolidar uma amizade. Pois, me parece que aos espíritos bem esclarecidos, bem formados, essas lutas, esses embates, o calor e o entusiasmo de nossas teses, nessas cruzadas de civismo, nada mais representam do que o desejo ardente, do que a vontade inabalável, de servirmos a nós, servindo ao povo.

Ora, Sr. Deputado, coisas muito mais sérias eu já soube entender, compreender e superar no terreno pessoal, no terreno amistoso, esquecendo, deixando algumas mágoas e algumas ofensas de lado. E em nome do nosso passado, Deputado Ivo Tomazoni, em nome das velhas lutas no Oeste, e principalmente porque soubemos compreender tudo, e hoje somos bons amigos, e eu considero que V. Exa. jamais seria capaz de cometer um ato indigno, ou qualquer procedimento que viesse ferir a suscetibilidade de alguém. E porque entendo que nossas famílias, nossos filhos, não podem estar sujeitos às consequências desses retalhações e mágoas de atrito pessoal, enfim isto que nos separa. E eu faço um veemente apelo a V. Exa., Deputado Ivo Tomazoni, que reconsidere a atitude tomada, hoje, nesta Casa. Eu sei que V. Exa. poderá fazer isso para convivermos em harmonia. E se faço esse veemente apelo é por me considerar o causador dessa situação. Por isso, entendendo que V. Exa. compreenderá bem e irá conviver amistosamente com o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, porque S. Exa. não é o responsável da situação que resultou com que V. Exa. ocupasse a Tribuna. Estou certo absolutamente certo, que V. Exa., Deputado Ivo Tomazoni, vai receber meu apelo.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Mas Srs. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade de encerrar minha passagem pela Tribuna...

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei este aparte, roubando alguns minutos da passagem de V. Exa. nessa Tribuna, passagem aliás brilhante, porque se sinto na responsabilidade de responder, rapidamente, o aparte do nobre Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira. É difícil, realmente, defender este Governo, como é difícil defender este desgoverno. É tão difícil que faz com que o nobre Líder do Governo cometa uma injustiça. Só o entendo, só o compreendo justamente por entender quão árdua é a sua missão de defender o atual Governo do Estado do Paraná.

Diz ele que houvera eu trazido para esta Casa afirmativas gratuitas e citou o problema do pronunciamento do Diretor do Cerfal e o problema do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que havia paralisado o fornecimento de recursos para a conservação de rodovias no Estado do Paraná.

Quero esclarecer, de uma vez por todas, que se houve algum mentiroso em relação ao episódio do Cerfal, o mentiroso foi o Diretor do Cerfal; se houve algum responsável foi o Diretor do Cerfal; se alguém fez afirmativas gratuitas foi o Diretor do Cerfal. Nós não as fizemos. A imprensa divulgou essas afirmações e temos condições de provar que, realmente, ele as fez em Londrina por ocasião da reunião com os Prefeitos daquela região.

Com relação ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não fiz afirmativa alguma, tanto é verdade que apresentei nesta Casa um Pedido de Informações ao Governo do Estado para que esclarecesse em relação a informação extra-oficial que teria partido do ex-Secretário dos Transportes dando conta que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem havia cortado o fornecimento de recursos para o Paraná para a conservação de estradas porque esses recursos vinham sendo desviado para outros fins.

Tive o cuidado de apresentar Pedido de Informações antes de fazer uma afirmativa. Compreendo muito bem S. Exa. o Sr. Líder do Governo pelas razões já expostas. Jamais fiz assertiva gratuita nesta Casa, jamais fiz críticas que não fossem justas. Minha consciência está tranquila e jamais pretendo ser injusto e a minha missão nesta Casa, como homem de oposição, é justamente a de fiscalizar.

Entendo, perfeitamente, os desentendimentos. Eles são próprios dos debates calorosos que apenas vem revigorar ainda mais o regime democrático.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Encerrando, quero dizer a esta Casa que passarei aqui a trazer e a cobrar as promessas dos homens do Governo com relação à minha região. Trarei em termos de reivindicação e as cobrarei porque este é o papel do homem da Oposição.

Aquilo que poderia ser assunto doméstico, qual seja da Universidade de Pato Branco, tornou-se assunto político e discuti politicamente. Sou homem de oposição tanto no meu Município quanto no Estado do Paraná, e continuarei, como homem de oposição, cumprindo a minha missão ainda que tenha momentos desagradáveis como o desta tarde. Procurarei cumprir a minha missão com dignidade, não misturando atitudes pessoais com problemas políticos. Adquiri, apesar da minha pouca idade, uma maturidade suficiente para separar problemas e atitudes pessoais de assuntos e de procedimentos políticos. Tenho uma missão a cumprir e procurarei sempre desvinculá-la de qualquer sentimento pessoal. Atritos os tive sérios, atritos de ordem pessoal com vários políticos no correr da minha carreira, de nada ficou no âmago do meu sentir, qualquer razão. Sempre distingi o que seria um político, se assim não o fizesse, procuro distinguir atitudes políticas de atitudes pessoais.

É o caminho que a maturidade me ensinou. E sempre o seguirei, trilhando e cumprindo a minha missão de Deputado de oposição. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 39-73.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 204-70, 200-71 e 204-72.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 166-71.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 12-71.

Levanta-se a Sessão.